



UNICASA

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

NIRE nº 43300044513-RS

CNPJ/ME nº 90.441.460/0001-48

Proposta da Administração Assembleia Geral - 2021

Sumário

1. Convite	3
2. Edital de Convocação	4
3. Esclarecimentos e Orientações	6
4. Participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	7
4.1. Orientações para participação por meio do sistema eletrônico	7
4.2. Orientações para participação mediante o envio de Boletim de voto a distância ...	8
4.2.1. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia	9
4.3. Orientações para participação por meio de procurador	9
5. Proposta da administração	10
5.1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Unicasa	10
5.2. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária da Unicasa	12
6. ANEXO I – ICVM 481, ART. 9º, INCISO III	14
7. ANEXO II – Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II ICVM 481)	72
8. ANEXO IV – Proposta de Remuneração dos Administradores	77
9. ANEXO IV – Alteração do Estatuto	87
b) Anexo IV-A	88

1. CONVITE

Prezados Acionistas,

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”) tem o prazer de convidá-los a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a realizar-se às 13:30 horas do dia 27 de abril de 2021, de modo exclusivamente digital.

A Administração da Companhia apresenta a proposta e orientações para participação com o objetivo de prestar esclarecimentos a V.Sas. sobre as deliberações a serem tomadas, listadas no Edital de Convocação a ser publicado no Jornal do Comércio e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, na edição do dia 12 de abril de 2021 e republicado nos dias 19 e 23 de abril de 2021, arquivado na sede social da Companhia, bem como divulgado nos websites da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.unicasamoveis.com.br>).

Bento Gonçalves, RS, 26 de março de 2021.

Gelson Luís Rostirolla

Presidente do Conselho de Administração

2. EDITAL DE CONVOCAÇÃO

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S. A.

NIRE 43.300.044.513-RS

CNPJ/ME nº 90.441.460/0001-48

Editais de convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Unicasa") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no próximo dia 27 de abril de 2021, às 13:30 horas, de modo exclusivamente digital, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária

- a. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020 acompanhadas do Relatório do Auditor Independente;
- b. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
- c. Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2021.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária

- a. Deliberar sobre a alteração nos artigos 13º e 14º do estatuto social da Companhia.

Informações Gerais

A Companhia informa que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, de acordo com a Instrução CVM nº 481/09. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida instrução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na proposta da administração e nas orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Unicasa.

Para tomar parte e votar na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária por meio do sistema eletrônico e sem a utilização do boletim de voto a distância, o acionista deve enviar solicitação à Companhia, juntamente com a prova de sua qualidade como acionista, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, pelo e-mail dri@unicasamoveis.com.br, até às 17:00 horas do dia 22 de

abril de 2021. Os acionistas representados por procuradores deverão exhibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido.

A proposta da administração e orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos previstos na Instrução CVM nº 481/09, os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Unicasa (<http://ri.unicasamoveis.com.br>).

Bento Gonçalves, RS, 26 de março de 2021

Gelson Luís Rostirolla

Presidente do Conselho de Administração

3. ESCLARECIMENTOS E ORIENTAÇÕES

Este documento contém informações acerca das matérias a serem deliberadas para cada proposta da Administração, bem como os esclarecimentos necessários à participação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) da Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Unicasa”), a ser realizada no dia 27 de abril de 2021, de modo exclusivamente digital.

Esta iniciativa busca conciliar as práticas adotadas pela Companhia de comunicação oportuna e transparente com seus acionistas e as exigências da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM 481”), conforme alterada.

Assim, em cumprimento às determinações da Lei das S.A., a Unicasa realizará a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de modo exclusivamente digital, em:

Data: 27 de abril de 2021

Horário: 13h30min

Em nome da Administração da Companhia, convidamos os Senhores Acionistas a participar e expressar suas opiniões na AGOE. No entanto, considerando o atual cenário de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19, a Administração da Companhia, prezando pela integridade, saúde e segurança dos seus acionistas e demais representantes necessários à realização de uma assembleia geral, decidiu pela realização da AGOE de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2019, conforme alterada, inclusive de acordo com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 622, de 17 de abril de 2020. Sem prejuízo da participação na AGOE por meio de sistema eletrônico, conforme adiante detalhado, a Companhia também incentiva fortemente os Senhores Acionistas a se valerem de mecanismos alternativos de votação, em especial por meio da utilização do boletim de voto a distância.

As informações sobre cada uma das matérias da AGOE estão detalhadas no item 5.1 deste documento.

4. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A participação dos acionistas se dará por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, ou por meio de envio do boletim de voto a distância, nos termos da Instrução CVM 481.

4.1. Orientações para participação por meio do sistema eletrônico

Para fins de participação por meio de sistema eletrônico, a ser acessado no dia e horário da AGOE (“Sistema Eletrônico”), os acionistas interessados deverão manifestar seu interesse mediante envio de e-mail até às 17:00 horas do dia 23 de abril para o endereço eletrônico dri@unicasamoveis.com.br, com os documentos abaixo aplicáveis:

Para pessoas físicas:

- I. Documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração;
- II. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Banco Bradesco S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Para pessoas jurídicas:

- I. Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista;
- II. Documento de identidade com foto do representante legal;
- III. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Banco Bradesco S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Para fundos de investimentos:

- I. Último regulamento consolidado do fundo;
- II. Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação;
- III. Documento de identidade com foto do representante legal;
- IV. Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Banco Bradesco S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Nota: A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa ou inglesa e que venham acompanhados da respectiva tradução para a língua portuguesa. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Verificada a regularidade dos documentos enviados nos termos acima, serão encaminhadas até 2 (duas) horas antes do horário de início da AGO para cada acionista, as informações e orientações para acesso ao Sistema Eletrônico, incluindo a senha de acesso.

A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso ao Sistema Eletrônico, incluindo a senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia.

A Companhia também solicita que, no dia da AGOE, os acionistas habilitados acessem o Sistema Eletrônico com, no mínimo, 30 minutos de antecedência ao horário previsto para início dos trabalhos, com o objetivo de permitir a validação de acesso e participação de todos os acionistas que a utilizem. O acesso à AGOE não será permitido depois do início dos trabalhos.

Por fim, a Companhia esclarece que não é e não será responsável por quaisquer problemas operacionais ou de conexão do acionista, bem como por quaisquer outros problemas externos à Companhia que possam dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGOE por meio do Sistema Eletrônico.

4.2. Orientações para participação mediante o envio de Boletim de voto a distância

A Companhia disponibilizará o sistema de votação a distância estabelecido pelo artigo 21-A da Instrução CVM 481.

Nesse sentido, os acionistas poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias da Assembleia:

- I. Por instruções de preenchimento transmitidas para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;
- II. Por instruções de preenchimento transmitidas para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou
- III. Por boletim de voto a distância enviado diretamente à Companhia, no endereço: Rodovia Federal BR 470 km 212,930, São Vendelino, CEP 95707-540, Bento Gonçalves/RS, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores.

Caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Caso o acionista já tenha enviado o boletim de voto a distância, mas deseje votar na AGOE por meio do Sistema Eletrônico, todas as instruções de voto recebidas por meio do boletim para aquele acionista serão desconsideradas, conforme artigo 21-C, §2º, II, da Instrução CVM 481.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar por meio de sistema eletrônico da Assembleia Geral, portando os documentos exigidos conforme o quadro acima, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

4.2.1. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá, alternativamente, fazê-lo diretamente à Companhia, devendo, para tanto, encaminhar os seguintes documentos à Rodovia Federal BR 470 km 212,930, São Vendelino, CEP 95707-540, Bento Gonçalves/RS, Brasil, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores:

- (a) Via física do Boletim de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (b) Cópia dos documentos descritos no item 4 acima, conforme o caso.

O acionista pode também, se preferir, enviar as vias digitalizadas dos documentos referidos em (a) e (b) acima para o endereço eletrônico dri@unicasamoveis.com.br.

Uma vez recebidos os documentos referidos em (a) e (b) acima, a Companhia avisará ao acionista acerca de seu recebimento e se o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido ou da necessidade de retificação ou reenvio do boletim ou de outros documentos que o acompanham, nos termos da Instrução CVM nº 481.

Os documentos referidos em (a) e (b) acima deverão ser recebidos em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até 20 de abril de 2021 (inclusive). Eventuais boletins de voto recepcionados pela Companhia após essa data serão desconsiderados.

4.3. Orientações para participação por meio de procurador

O acionista poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja (i) acionista, ou (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia.

Os acionistas que sejam pessoas jurídicas, em consonância com a decisão Colegiado da CVM em reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), poderão ser representados nas Assembleias por meio de seu representante legal ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, não havendo necessidade que o mandatário seja (i) acionista, (ii) advogado, (iii) instituição financeira ou (iv) administrador da Companhia, devendo tais acionistas serem representados na forma de seus documentos societários.

5. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Unicasa submete à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 27 de abril de 2021, de forma exclusivamente digital, as propostas a seguir descritas.

5.1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Unicasa

A presente Assembleia Geral Ordinária foi convocada para deliberar sobre:

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020 acompanhadas do Relatório do Auditor Independente;
2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020;
3. Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2021.

A seguir, encontram-se os esclarecimentos da Administração da Unicasa acerca de cada um dos itens da proposta que devem ser deliberados na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2021:

Primeiro item: Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020 acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia preparadas pela Administração da Unicasa, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, e publicados no dia 12 de março de 2021 nos jornais “Diário Oficial do Estado do Rio Grande” e “Jornal do Comércio”, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 11 de março de 2021.

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis expressam a situação econômico-financeira da Companhia, bem como as mutações patrimoniais ocorridas no exercício social findo, permitindo aos acionistas avaliar a situação patrimonial e o nível de lucratividade da Unicasa.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Essas Demonstrações compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado. As Demonstrações

Contábeis são complementadas por notas explicativas que têm por fim auxiliar os acionistas na análise e entendimento dessas Demonstrações.

Relatório da Administração

Acompanha as Demonstrações Contábeis o Relatório da Administração, documento que apresenta informações de caráter financeiro, como, por exemplo, as principais contas da Demonstração do Resultado do exercício social encerrado e informações de caráter não financeiro, estatísticas e operacionais, tais como informações relacionadas aos funcionários da Companhia, à sua governança corporativa e ao mercado de capitais de uma forma bastante abrangente.

Parecer dos Auditores Independentes

A BDO RCS Auditores Independentes SS examinou as Demonstrações Contábeis e emitiu parecer concluindo que elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e das suas controladas em 31 de dezembro de 2020.

Documentos Apresentados pela Administração da Companhia

Encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página de Relações com Investidores (<http://ri.unicasamoveis.com.br>) e nos sites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), os seguintes documentos relativos a esse item da ordem do dia:

- I. Relatório da Administração;
- II. Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2020;
- III. Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia requeridos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM nº 480, que também constam do **Anexo I** desta Proposta;
- IV. Parecer dos Auditores Independentes;
- V. Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas).

Segundo item: Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em reunião realizada em 11 de março de 2021, “*ad referendum*” da Assembleia Geral Ordinária, aprovar a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$14.833.094,86 (quatorze milhões, oitocentos e trinta e três mil, noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos), da seguinte forma:

- (i) R\$741.654,74 (setecentos e quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) serão destinados à reserva legal;
- (ii) R\$3.522.860,03 (três milhões, quinhentos e vinte e dois mil, oitocentos e sessenta reais e três centavos) serão distribuídos como dividendo

obrigatório, nos termos do Art. 34, alínea c) do Estatuto Social da Companhia;

- (iii) R\$10.568.580,09 (dez milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e oitenta reais e nove centavos) serão distribuídos como dividendos, nos termos do Art. 34, alínea g) do Estatuto Social da Companhia (Art. 202, §6º, da Lei nº 6.404/76.)

O **Anexo II** desta Proposta apresenta todas as informações referentes à destinação do lucro líquido do exercício exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

Terceiro item: Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2021.

Para o período de janeiro a dezembro de 2021, propõe-se que a Assembleia Geral aprove a fixação do montante global anual em até R\$3.344.969,20 (três milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte centavos) para remuneração dos Administradores, sendo até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) para o Conselho de Administração e até R\$2.984.969,20 (dois milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte centavos) para a Diretoria. O Conselho de Administração deverá distribuir tal verba entre os membros dos referidos órgãos, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

A proposta de Remuneração dos Administradores, na forma especificada do Item 13 do Formulário de Referência, consta do **Anexo IV** desta Proposta.

5.2. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária da Unicasa

A presente Assembleia Geral Extraordinária foi convocada para deliberar sobre:

1. Deliberar sobre a alteração nos artigos 13º e 14º do estatuto social da Companhia.

A seguir, encontram-se os esclarecimentos da Administração da Unicasa acerca dos itens da proposta a serem deliberados na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2021:

Primeiro item: Deliberar sobre a alteração nos artigos 13º e 14º do estatuto social da Companhia.

A Administração da Companhia propõe alterar o artigo 13 do Estatuto Social, ajustando sua referência ao artigo correto do Estatuto, e artigo 14, cumprindo o Art. 15 do Regulamento do Novo Mercado, que exige que a companhia preveja em seu estatuto a obrigatoriedade de o Conselho de Administração ter um mínimo de dois Conselheiros Independentes.

6. DOCUMENTOS PERTINENTES ÀS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS

Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (<http://ri.unicasamoveis.com.br>), bem como nos sites da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), os seguintes documentos:

- Boletim de voto a distância para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária requerido no Anexo 21-F da Instrução CVM 481/09;
- Edital de Convocação;
- Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (Relatório de Administração, Demonstrações Contábeis e Parecer dos Auditores Independentes).
- Formulário DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas).
- Ata da reunião do Conselho de Administração de 11 de março de 2021 com a Proposta de Destinação de Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Unicasa – item 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480/09 - Anexo I.
- Informações relativas à proposta de destinação dos resultados requeridas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09 - Anexo II.
- Informações sobre a remuneração dos administradores – item 13 do Formulário de Referência, conforme Instrução CVM 480/09 – Anexo IV.

7. ANEXO I – ICVM 481, ART. 9º, INCISO III

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência.

10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, vendemos 554,3 mil módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$150,45 milhões, um EBITDA de R\$26,45 milhões e um lucro líquido de R\$14,83 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, vendemos 594,8 mil módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$149,35 milhões, um EBITDA de R\$28,74 milhões e um lucro líquido de R\$17,98 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, vendemos 631,4 mil módulos de móveis, o que contribuiu para que alcançássemos uma receita líquida de vendas de R\$149,31 milhões, um EBITDA positivo de R\$10,48 milhões e um resultado positivo de R\$3,39 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, contávamos com uma rede de distribuição de vendas com:

(i) 198 revendas Exclusivas;

(ii) 123 lojas Multimarcas e Pontos de Venda em Magazines (“Pontos de Venda Multimarcas”);

(iii) sendo 15 revendas exclusivas e 33 revendas multimarcas no exterior.

Nossos Diretores entendem que apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o plano de negócio da Companhia e cumprir as obrigações de curto e médio prazo. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os recursos de caixa são suficientes para atender o financiamento das atividades e cobrir a necessidade de recursos de curto e médio prazo. Adicionalmente, nossos Diretores consideram que o parque fabril apresenta condições suficientes para atender à atual demanda, comportando inclusive a expansão de nossa capacidade produtiva sem a necessidade de realização de investimentos significativos em máquinas e equipamentos no médio prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, nosso ativo circulante foi de R\$107,17 milhões (R\$124,35 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$98,84 milhões em 31 de dezembro de 2018) e superava em R\$67,00 milhões o nosso passivo circulante de R\$40,17 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 2,66 (2,10 em 31 de dezembro de 2019 e 2,89 em 31 de dezembro de 2018), isto é, para cada R\$1,00 de passivo circulante a companhia possui R\$2,66 de ativo circulante. Não possuímos dívidas bancárias em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Nosso caixa líquido em 31 de dezembro de 2020 é de R\$50,85 milhões (R\$69,93 milhões em 31 de

dezembro de 2019, R\$41,60 milhões em 31 de dezembro de 2018). A seguir elencamos alguns índices de liquidez, nos três últimos exercícios sociais:

Índices de liquidez	2020	2019	2018
Liquidez geral	2,57	2,15	2,84
Liquidez corrente	2,66	2,10	2,89
Liquidez seca	2,06	1,76	2,26

A seguir elencamos alguns índices de rentabilidade, nos três últimos exercícios sociais:

Índices de rentabilidade	2020	2019	2018
Retorno s/ patrimônio líquido	9,5%	11,2%	2,0%
Margem líquida	9,9%	12,0%	2,3%
Margem Bruta	39,0%	39,8%	38,9%
Margem EBIT	11,7%	13,4%	0,9%

A seguir elencamos dados do Patrimônio Líquido, Endividamento e Posição de caixa:

PL, Endividamento e Caixa Líquido	2020	2019	2018
Patrimônio líquido	155.948	160.042	171.266
Empréstimos e financiamentos (CP e LP)	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	47.584	45.561	28.788
Aplicações Financeiras	3.270	3.224	3.036

(b) estrutura de capital

A Companhia possui uma estrutura de capital que não depende de capitais de terceiros para condução dos negócios. Realizamos nossos investimentos tanto fixos, quanto em capital de giro com recursos próprios.

Hipóteses de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois a Companhia não tem ações resgatáveis emitidas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Temos cumprido todas as obrigações referentes aos nossos compromissos financeiros, bem como mantido a regularidade dos pagamentos desses compromissos.

Balanço patrimonial	2020	2019	2018
Ativo circulante	107.177	124.350	98.844
Ativo não circulante	98.011	103.903	118.138
Passivo circulante	40.173	59.198	34.247
Passivo não circulante	9.067	9.013	11.469
Patrimônio líquido	155.948	160.042	171.266

Analisando a nossa dívida e disponibilidade líquida ao longo dos períodos, nossos Diretores acreditam que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cumprir com nossos investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Se houver qualquer mudança no perfil de nossa dívida, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e capital de giro, acreditamos ter capacidade para contratá-los junto a instituições financeiras de primeira linha.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Detemos capacidade de financiar nossas operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, poderemos recorrer a fontes de financiamento sempre que os custos destes recursos sejam suficientemente baixos no julgamento de nossa administração para gerarem valor aos nossos acionistas.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não temos deficiências de liquidez, não tivemos no passado e não há indícios de que esta situação possa ocorrer. O nosso capital de giro e nossos investimentos são financiados com recursos próprios.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não possuímos endividamento bancário e contratos de financiamento em aberto. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto, nem possuiu em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios findos nas datas acima.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem financiamentos contratados e não utilizados.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Esta seção trata da análise de nossas demonstrações de resultado, nossos fluxos de caixa e nossos balanços patrimoniais referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, além das variações percentuais para os respectivos períodos. As informações financeiras aqui incluídas foram obtidas e devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e em IFRS, e auditadas pelos auditores independentes da Companhia.

As Práticas Contábeis Adotadas no Brasil referem-se às práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações trazidas pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelas normas regulamentares da CVM e pelos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020	AV ⁽¹⁾ (%)	2019	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2020/2019
Receita bruta de vendas	192.495	127,9%	193.827	129,8%	(1.332)	-0,7%
Mercado interno	172.597	114,7%	180.319	120,7%	(7.722)	-4,3%
Mercado externo	19.898	13,2%	13.508	9,0%	6.390	47,3%
Deduções de vendas	(42.046)	-27,9%	(44.477)	-29,8%	2.431	-5,5%
Receita líquida de vendas	150.449	100,0%	149.350	100,0%	1.099	0,7%
Custo dos produtos vendidos	(91.765)	-61,0%	(89.892)	-60,2%	(1.873)	2,1%
Lucro bruto	58.684	39,0%	59.458	39,8%	(774)	-1,3%
Despesas com vendas	(31.707)	-21,1%	(26.931)	-18,0%	(4.776)	17,7%
Despesas gerais e administrativas	(14.093)	-9,4%	(15.328)	-10,3%	1.235	-8,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	4.689	3,1%	2.792	1,9%	1.897	67,9%
Lucro Operacional	17.573	11,7%	19.991	13,4%	(2.418)	-12,1%
Despesas financeiras	(6.019)	-4,0%	(2.392)	-1,6%	(3.627)	151,6%
Receitas financeiras	8.829	5,9%	7.577	5,1%	1.252	16,5%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.383	13,5%	25.176	16,9%	(4.793)	-19,0%
Imposto de renda e contribuição social	(5.550)	-3,7%	(7.192)	-4,8%	1.642	-22,8%
Correntes	(2.578)	-1,7%	(4)	0,0%	(2.574)	64350,0%
Diferidos	(2.972)	-2,0%	(7.188)	-4,8%	4.216	-58,7%
Lucro líquido do exercício	14.833	9,9%	17.984	12,0%	(3.151)	-17,5%

⁽¹⁾ Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Neste 4T20, a Companhia registrou 18,8% de crescimento de receita, maior crescimento em um período comparativo desde que abriu capital. Além disso, a receita líquida do 4T20 foi a maior em um único trimestre desde 2016, momento em que a Companhia possuía mais do que o dobro do número de lojas. Dell Anno, Favorita, New e Casa Brasileira tiveram crescimento na receita das lojas no critério de Same Store Sale. No segmento de exportação, o aumento da presença nos Estados Unidos e o incremento de vendas para a América Latina foram os principais responsáveis pelo crescimento do canal.

A margem bruta atingiu 43,2%, devido ao melhor mix de venda. O aumento de representatividade no segmento do mercado externo contribuiu para este incremento, além da melhora em indicadores de performance das lojas nas marcas de uma forma geral.

Nossas despesas operacionais cresceram aproximadamente 10%, destacando-se o investimento na operação dos Estados Unidos, em fase de maturação, e o aumento nas despesas com consumidores. Das lojas que fechamos no trimestre, uma deixou consumidores a serem atendidos. Esta era uma operação de 10 anos, que não possuía garantia e, pela baixa chance de sucesso em cobrança junto ao operador, provisionamos todos os efeitos de atendimento da carteira de clientes remanescentes.

Assim, o resultado operacional atingiu R\$10,2 milhões (+53,5% vs 4T19), o lucro líquido foi de R\$9,5 milhões (+44,9% vs 4T19). A margem EBITDA de 23,6% e a líquida de 18% só tiveram patamares similares nos períodos anteriores ao 1T12, quando a Companhia não era listada em bolsa de valores.

No dia 16 de dezembro, a Companhia concluiu o pagamento de dividendos referente ao exercício de 2019, com o pagamento de, aproximadamente, R\$16,5 milhões. Proporemos para a próxima assembleia, prevista para ocorrer no dia 27 de abril, o pagamento de

R\$14,0 milhões de dividendos referente ao resultado do exercício de 2020, *payout* de 100% do lucro líquido ajustado.

No início de janeiro, a Companhia contraiu empréstimo de R\$17 milhões para aquisição de máquinas. Estas objetivam modernizar o parque fabril para acompanhar as mudanças no perfil de consumo dos nossos produtos. Maiores detalhes sobre essa operação podem ser observados nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Desde o terceiro trimestre, o setor moveleiro vem sendo impactado pelo desbalanceamento de sua cadeia de suprimentos, atrasos na entrega, indisponibilidade de produtos e aumentos de preço de matéria-prima. Devido à apreciação do dólar, queda dos juros e às medidas de contingenciamento dos impactos econômicos da pandemia na economia brasileira, nossos fornecedores vêm tendo que atender a uma demanda crescente de exportação, construção civil e dos moveleiros. Entendemos que esses desafios vêm sendo superados sem maiores impactos aos nossos consumidores, pois a Companhia mantém uma política de estoque que permite que alonguemos o efeito do aumento de preço da matéria-prima, além de minimizar os impactos da falta de alguns produtos.

Cabe destacar, conforme Fato Relevante divulgado no dia 22 de fevereiro de 2021, que a capacidade fabril da Companhia foi reestabelecida aos níveis pré-pandemia.

Agradecemos aos nossos lojistas, funcionários e a todos envolvidos em nossa cadeia que contribuíram para a consecução deste resultado.

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$192,49 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma redução de 0,7% ou R\$1,33 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2019. A redução da receita bruta de vendas ocorreu, principalmente, devido à queda de 4,3% nas vendas no mercado interno, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 89,7% e do mercado externo 10,3% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e 93,0% e 7,0%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$172,59 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma redução de 4,3%, comparados aos R\$180,31 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

No ano de 2020 vendemos para o mercado interno um volume de 503,7 mil módulos redução de 7,98% em relação ao volume vendido em 2019 que foi de 547,4 mil módulos.

Encerramos o ano de 2020 com abertura líquida de 3 lojas em relação ao encerramento do exercício de 2019.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$ 19,90 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um crescimento de 48,0%, comparados aos R\$13,44 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em 2020, o número de módulos vendidos foi de 50,6 mil módulos, já em 2019 o volume foi de 47,41 mil módulos. As vendas ao mercado externo são afetadas por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados e pela oscilação da moeda externa. Neste exercício pode-se destacar o aumento das vendas para o mercado Norte Americano como o principal fator que elevou as receitas do mercado externo.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$42,04 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, queda de 5,5%, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme descrito abaixo. Esta redução deve-se à maior representatividade das vendas ao mercado externo, que são isentas de impostos sobre a venda.

Impostos sobre as Vendas

Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e CPRB) atingiram R\$33,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, ,

correspondendo, a 19,33% e 19,27% da receita bruta do mercado interno em 2020 e 2019, respectivamente.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$7,87 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, correspondendo a 4,6% e 4,5% da receita bruta do mercado interno em 2020, 2019, respectivamente.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$0,28 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, redução de R\$0,36 milhão quando comparado aos R\$0,64 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,1% e 0,3% de nossa receita líquida de vendas.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$0,52 milhão, o que representou uma redução de 47,4% ou R\$0,47 milhão, comparado aos R\$0,99 milhão do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 0,3% e 0,6% respectivamente de nossa receita bruta de vendas.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$150,45 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 1,09 milhão em relação a receita líquida de 2019, que foi de R\$149,35 milhões.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$91,77 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de 2,1% ou R\$1,87 milhão, comparado aos R\$89,89 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O custo dos produtos vendidos em 2020 representou 61,0% da receita líquida de vendas e 60,2% no ano de 2019.

Lucro Bruto

Nosso lucro bruto atingiu R\$58,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma redução de 1,3% ou R\$0,77 milhão, comparados aos R\$59,46 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A margem bruta diminuiu 0,8 p.p., passando de 39,8% para 39,0%. A queda da margem ocorreu, principalmente, devido ao aumento dos gastos gerais de fabricação. Pode-se destacar: (i) gastos extraordinários com horas extras no 4T20 devido à redução da disponibilidade da mão-de-obra, seja por afastamento devido à condição de risco, sintomas ou por ter contraído o vírus da COVID; (ii) aumento da depreciação; e, (iii) aumento com provisão para estoques obsoletos.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais atingiram R\$41,11 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de 4,2% ou R\$1,64 milhão, comparados aos R\$39,47 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, correspondendo nos respectivos períodos, a 27,3% e 26,4% da nossa receita líquida de vendas. O aumento das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Nossas despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$45,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de 8,5% em relação aos R\$42,2 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, correspondendo nos respectivos períodos a 30,4% e 28,3% da nossa receita líquida de vendas. Essa queda decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:



- I. As despesas com a Operação EUA referem-se a gastos com pessoal, ocupação, viagens, seguros, publicidade etc. relativos ao escritório dos Estados Unidos para dar suporte à expansão da Companhia.
- II. A despesa com PDD aumentou R\$2,0 milhões, em 2019 praticamente não se registrou despesa desta natureza. O aumento decorre dos efeitos do aumento da inadimplência no ano.
- III. As despesas variáveis referem-se, principalmente, a frete e despesas aduaneiras. Elas aumentaram como consequência do crescimento das vendas para o mercado externo.
- IV. As despesas com lojas próprias reduziram R\$1,3 milhão, devido ao encerramento da operação conforme divulgado no release do 4T16. Ainda se registra esse tipo de despesa, devido aos custos inerentes ao atendimento de consumidores remanescentes das lojas.
- V. As despesas com consumidores foram R\$0,7 milhão menores. Elas compreendem gastos com mercadoria, frete e montagem de consumidores finais que não foram atendidos por lojas fechadas e estão sendo atendidos diretamente pela fábrica e processos judiciais.
- VI. As demais despesas reduziram R\$1,4 milhão. Destaca-se a redução de R\$2,0 milhões devido às ações que a Companhia tomou para contenção de despesas devido à pandemia, que foram compensadas, principalmente, pelo aumento nas despesas tributárias devido ao aumento das Outras Receitas.

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas e despesas operacionais, líquidas, atingiram R\$4,69 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de 67,9%, comparado aos R\$2,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando respectivamente 3,1% e 1,9% da receita líquida de vendas. A principal variação nesse grupo decorre no aumento das outras receitas operacionais, especialmente as recuperações de valores advindos de teses tributárias em que Companhia obteve sucesso.

Lucro (Prejuízo) operacional

O resultado operacional foi de lucro de R\$17,57 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma queda de 12,1% ou R\$2,42 milhões, comparando com R\$19,99 milhão do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, correspondendo, nos respectivos períodos, a 11,7% e 13,4% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$6,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de 151,6% ou R\$3,63 milhões comparados aos R\$2,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 corresponderam, respectivamente a 4,0% e 1,6% da nossa receita líquida de vendas. A principal variação desse grupo é oriunda de despesas com variação cambial.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$8,83 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de 16,5% ou R\$1,25 milhão, comparados aos R\$7,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento decorre do maior volume financeiro em receitas com variação cambial.

Nossas receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, corresponderam, respectivamente, a 5,9% e 5,1% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, tivemos lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$20,38 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma queda de 19,0% ou R\$4,79 milhões, comparados ao lucro antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$25,18 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, correspondendo, nos respectivos períodos a 13,5% e 16,9% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

No exercício de 2020, o valor apropriado de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente foi de 2,58 milhões. No ano de 2019, o lucro fiscal foi próximo de 0 (zero), devido à realização de despesas provisionadas e à distribuição de Juros sobre Capital Próprio.

A taxa efetiva do exercício de 2020 foi de 27,2%, enquanto no exercício de 2019 foi de 28,6%. Essa redução deve-se ao maior lucro fiscal em 2020, gerando uma maior distribuição de Juros sobre Capital Próprio.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

A constituição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido refletem as diferenças temporárias entre a base de cálculo societária e fiscal.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, tivemos lucro líquido de R\$14,83 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma queda de 17,5% ou R\$3,15 milhões, comparado com o lucro líquido de R\$17,98 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 correspondendo, nos respectivos períodos a 9,9% e 12,0% da nossa receita líquida de vendas.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2019	AV ⁽¹⁾ (%)	2018	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2019/2018
Receita bruta de vendas	193.827	129,8%	196.255	131,4%	(2.428)	-1,2%
Mercado interno	180.319	120,7%	187.923	125,9%	(7.604)	-4,0%
Mercado externo	13.508	9,0%	8.332	5,6%	5.176	62,1%
Deduções de vendas	(44.477)	-29,8%	(46.949)	-31,4%	2.472	-5,3%
Receita líquida de vendas	149.350	100,0%	149.306	100,0%	44	0,0%
Custo dos produtos vendidos	(89.892)	-60,2%	(91.161)	-61,1%	1.269	-1,4%
Lucro bruto	59.458	39,8%	58.145	38,9%	1.313	2,3%
Despesas com vendas	(26.931)	-18,0%	(35.679)	-23,9%	8.748	-24,5%
Despesas gerais e administrativas	(15.328)	-10,3%	(24.168)	-16,2%	8.840	-36,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	2.792	1,9%	3.099	2,1%	(307)	-9,9%
Lucro Operacional	19.991	13,4%	1.397	0,9%	18.594	1331,0%
Despesas financeiras	(2.392)	-1,6%	(1.295)	-0,9%	(1.097)	84,7%
Receitas financeiras	7.577	5,1%	6.467	4,3%	1.110	17,2%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.176	16,9%	6.569	4,4%	18.607	283,3%
Imposto de renda e contribuição social	(7.192)	-4,8%	(3.175)	-2,1%	(4.017)	126,5%
Correntes	(4)	0,0%	-	0,0%	(4)	n/a
Diferidos	(7.188)	-4,8%	(3.175)	-2,1%	(4.013)	126,4%
Lucro líquido do exercício	17.984	12,0%	3.394	2,3%	14.590	429,9%

⁽¹⁾ Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

No último trimestre de 2019, a receita líquida da Companhia cresceu 6,6%, maior índice de crescimento desde que abrimos o capital. Esse resultado foi puxado pelo desempenho de nossas revendas multimarcas, corporativo e exportação. Nas revendas exclusivas, apesar de um índice de *Same Store Sales* positivo em quase todas as marcas, ainda pesa o efeito do fechamento de lojas. Ao analisarmos a rede de distribuição no encerramento do 4T19, observa-se que ela está 16% menor do que no 4T18. Se desconsiderássemos o efeito das lojas fechadas e o do fechamento das lojas próprias, nossa receita teria apresentado crescimento de 13,8%. Se, ainda assim, considerarmos que as lojas novas fazem contrapartida às lojas fechadas e considerarmos apenas o SSS e os demais canais de venda, nossa receita teria apresentado crescimento de 8,9%.

Também é notável a redução de, aproximadamente, 30% nas despesas operacionais, no efeito ano contra ano. Grande parte oriunda das despesas de atendimento a clientes de lojas fechadas, que tem reduzido, principalmente, devido a decisões que tomamos para mudar nosso processo de captação de lojistas. Hoje, os investidores captados estão mais alinhados com a filosofia da Companhia, contribuindo para que os fechamentos sejam menos danosos. Outro fator que contribui para a redução dessa despesa é que temos menos operações concentradas em um único lojista. Entendemos que as despesas de atendimento a clientes de lojas fechadas estão atingindo um patamar aceitável para o negócio.

Ao longo dos últimos anos, vínhamos executando um processo de depuração de nossa rede de distribuição. Trabalhamos no sentido de não repor fechamentos de lojas em locais com baixo potencial de consumo (o que tornaria excessivamente desafiador a sustentação dessas operações) e/ou de mudar a localização de lojas. Entendemos que esse processo encerrou (naturalmente, ainda ocorrerão encerramentos de operações, mas dentro de uma normalidade) e passamos a dar mais ênfase na abertura de lojas em locais em que o potencial de consumo não está sendo adequadamente atendido por marcas da Companhia. Assim, no segundo semestre de 2019, criamos uma área de expansão, com o objetivo de captar novos lojistas para esses locais, essa estrutura representa um acréscimo nas nossas despesas com vendas.

Promovemos alterações na Diretoria da Companhia, foram nomeados novos Diretores Presidente, Comercial e Industrial, todos funcionários que já ocupavam cargos executivos na organização.

Os principais índices de desempenho confirmam o resultado dos pontos comentados anteriormente. Podemos destacar a margem EBITDA que atingiu 19,2%, valor próximo ao período pré-crise de 2012, que foi de 20,1%. A margem líquida, atingiu 12%. O ROIC foi de 12,2% ante 0% em 2018. Além da redução das despesas operacionais, cabe ressaltar o aumento de 1 p.p. na margem bruta no comparativo ano contra ano e de 2,3 p.p. no trimestre.

Nossos investimentos no mercado externo também tiveram resultados expressivos, o canal cresceu 62% em 2019. Por conta da magnitude que esperamos desse canal, abrimos, em julho, um escritório nos Estados Unidos. Seu principal objetivo é o de dar suporte às lojas, além de estarmos mais próximos ao mercado local. Temos vários desafios operacionais a vencer ainda, de forma a permitir que a Companhia possa escalar um modelo que seja mais adequado a esse mercado. No início de 2020, participamos da feira KBIS (Kitchen & Bath Industry Show) em Las Vegas com a marca Dell Anno, nossa segunda participação nessa feira, desta vez de forma mais representativa, com um estande mais amplo e uma equipe maior envolvida. Tivemos feedbacks excelentes de investidores com relação aos produtos.

No último trimestre de 2019, a Administração decidiu pela redução do Capital Social da Companhia. Com base nas projeções de caixa, investimentos previstos para os próximos anos e a geração de caixa do negócio, concluímos que a Companhia possuía caixa em excesso e decidimos pela restituição aos acionistas de, aproximadamente, R\$24,3 milhões. A redução do Capital Social totalizou, considerando movimentos contábeis de absorção de prejuízos e reservas, aproximadamente, R\$41 milhões.

O resultado operacional, assim como a forte geração de caixa no ano, R\$27,9 milhões, possibilitou a distribuição de 100% do lucro líquido ajustado, R\$17,1 milhões, que, somando à restituição de capital, totaliza distribuição de R\$41,4 milhões aos acionistas. A data para pagamento do juro sobre o capital próprio e do dividendo adicional proposto será deliberada na assembleia geral que tem data prevista de realização para o dia 16 de abril de 2020.

Nosso muito obrigado a todos que contribuíram para a construção do resultado da Unicasa.

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$193,83 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de 1,2% ou R\$2,43 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2018. A redução da receita bruta de vendas ocorreu, principalmente, devido à queda de 10,8% nas vendas no mercado interno, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 93,0% e do mercado externo 7,0% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e 95,8% e 4,2%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$180,32 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de 4,0%, comparados aos R\$187,92 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

No ano de 2019 vendemos para o mercado interno um volume de 547,39 mil módulos redução de 8,59% em relação ao volume vendido em 2018 que foi de 598,85 mil módulos.

Durante 2019, encerramos 35 lojas, redução de 16% na rede de distribuição.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$ 13,51 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um crescimento de 62,1%, comparados aos R\$8,33 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em 2019 o número de módulos vendidos foi de 47,41 mil módulos, já em 2018 o volume foi de 32,48 mil módulos. As vendas ao mercado externo são afetadas por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados e pela oscilação da moeda externa.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$44,47 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, queda de 5,3%, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, conforme descrito abaixo.

Impostos sobre as Vendas

Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e CPRB) atingiram R\$34,76 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de 7%, comparados aos R\$37,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo, nos respectivos períodos, a 19,3% e 19,9% de nossa receita do mercado interno.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$8,08 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, redução de 2,6% quando comparado aos R\$8,29 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo aos respectivos períodos, a 4,2% e 4,4% de nossa receita bruta de vendas.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$0,64 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, aumento de R\$0,37 milhão quando comparado aos R\$0,26 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,4% e 0,2% de nossa receita líquida de vendas. Esse aumento deve-se a uma devolução pontual.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$0,99 milhão, o que representou um aumento de 3,9% ou R\$0,04 milhão, comparado aos R\$1,04 milhão do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 0,5% e 0,5% respectivamente de nossa receita bruta de vendas.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$149,35 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, praticamente no mesmo nível da receita de 2018, que foi de R\$149,31 milhões.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$89,89 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 1,4% ou R\$1,27 milhão, comparado aos R\$91,16 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. O custo dos produtos vendidos em 2019 representou 60,2% da receita líquida de vendas e 61,1% no ano de 2018.

Lucro Bruto

Nosso lucro bruto atingiu R\$59,46 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 2,3% ou R\$1,31 milhão, comparados aos R\$58,15 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A margem bruta aumentou 0,9 p.p., passando de 38,9% para 39,8%. O aumento da margem ocorreu, principalmente, devido à melhoria do mix de venda, aumento de 2,2 p.p. Esse aumento foi compensado parcialmente pelos seguintes fatores: (i) venda de matéria prima de itens que foram descontinuados durante o ano de 2019 em virtude de melhorias em produtos, redução de 1,2 p.p. Durante o ano diversos produtos foram alterados e o saldo remanescente de seus estoques vendidos. Essa venda não gera prejuízo para a Companhia, entretanto, a margem é significativamente menor do que nos demais canais de venda; e, (ii) GGF's praticamente estáveis, contribuindo para a oscilação de 0,1 p.p.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais atingiram R\$39,48 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma queda de 30,5% ou R\$17,28 milhões, comparados aos R\$56,75 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo nos respectivos períodos, a 26,4% e 38,0% da nossa receita líquida de vendas. A queda das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Nossas despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$42,26 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma queda de 29,4% em relação aos R\$59,85 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo nos respectivos períodos a 28,3% e 40,1% da nossa receita líquida de vendas. Essa queda decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- I. As despesas com consumidores foram R\$10,7 milhões menores do que em 2018. Essas despesas compreendem gastos com mercadoria, frete e montagem de consumidores finais que não foram atendidos por lojas fechadas e estão sendo atendidos diretamente pela fábrica e processos judiciais.
- II. As despesas com lojas próprias foram R\$5,4 milhões menores devido ao encerramento da operação conforme divulgado no release do 4T16.
- III. As despesas com provisão para devedores duvidosos foram R\$1,0 milhão menores do que em 2018.
- IV. A amortização de pontos comerciais reduziu R\$0,6 milhão devido ao encerramento da amortização de um de nossos pontos comerciais, que se encerrou em maio/18.
- V. O aumento nas demais despesas é oriunda, principalmente, do gasto com pessoal no novo escritório da Companhia nos Estados Unidos e com a nova área de expansão

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas e despesas operacionais, líquidas, atingiram R\$2,79 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma queda de 9,9%, comparado aos R\$3,10 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando respectivamente 1,9% e 2,1% da receita líquida de vendas de vendas. A principal variação nesse grupo decorre da menor receita com prêmio bancário.

Lucro (Prejuízo) operacional

O resultado operacional foi de lucro de R\$19,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 1331% ou R\$18,59 milhões, comparando com R\$1,40 milhão do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo, nos respectivos períodos, a 13,4% e 0,9% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$2,40 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 84,6% ou R\$1,10 milhão comparados aos R\$1,30 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 corresponderam, respectivamente a 1,6% e 0,9% da nossa receita líquida de vendas. A principal variação desse grupo é oriundo de despesas com variação cambial.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$7,58 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 17,2% ou R\$1,11 milhão, comparados aos R\$6,47 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento decorre do maior volume financeiro em aplicações financeiras durante o exercício de 2019.

Nossas receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, corresponderam, respectivamente, a 5,1% e 4,3% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentou lucro de R\$25,18 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 283,3% ou R\$18,61 milhões, comparados ao lucro antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$6,57 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, correspondendo, nos respectivos períodos a 16,9% e 4,4% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

No exercício de 2019, assim como no de 2018, devido ao prejuízo fiscal, não ocorreu recolhimento de imposto de renda corrente. No ano de 2019, esse efeito decorre basicamente pelo benefício fiscal advindo do Juros sobre o Capital Próprio, enquanto em 2018 o prejuízo fiscal ocorreu devido ao baixo resultado da Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

A constituição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido refletem as diferenças temporárias entre a base de cálculo societária e fiscal.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, tivemos lucro líquido de R\$17,98 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representou um aumento de 429,9% ou R\$14,59 milhões, comparado com o lucro líquido de R\$3,39 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 correspondendo, nos respectivos períodos a 12,0% e 2,3% da nossa receita líquida de vendas.

Comparação das demonstrações de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Demonstração de Resultados (Em R\$ Mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2018	AV ⁽¹⁾ (%)	2017	AV ⁽¹⁾ (%)	Δ	AH ⁽²⁾ 2018/2017
Receita bruta de vendas	196.255	131,4%	216.741	137,2%	(20.486)	-9,5%
Mercado interno	187.923	125,9%	210.683	133,4%	(22.760)	-10,8%
Mercado externo	8.332	5,6%	6.058	3,8%	2.274	37,5%
Deduções de vendas	(46.949)	-31,4%	(58.800)	-37,2%	11.851	-20,2%
Receita líquida de vendas	149.306	100,0%	157.941	100,0%	(8.635)	-5,5%
Custo dos produtos vendidos	(91.161)	-61,1%	(90.931)	-57,6%	(230)	0,3%
Lucro bruto	58.145	38,9%	67.010	42,4%	(8.865)	-13,2%
Despesas com vendas	(35.679)	-23,9%	(58.371)	-37,0%	22.692	-38,9%
Despesas gerais e administrativas	(24.168)	-16,2%	(24.910)	-15,8%	742	-3,0%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.099	2,1%	1.675	1,1%	1.424	85,0%
Lucro Operacional	1.397	0,9%	(14.596)	-9,2%	15.993	-109,6%
Despesas financeiras	(1.295)	-0,9%	(2.614)	-1,7%	1.319	-50,5%
Receitas financeiras	6.467	4,3%	7.218	4,6%	(751)	-10,4%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.569	4,4%	(9.992)	-6,3%	16.561	-165,7%
Imposto de renda e contribuição social	(3.175)	-2,1%	3.635	2,3%	(6.810)	-187,3%
Correntes	-	0,0%	-	0,0%	-	#DIV/0!
Diferidos	(3.175)	-2,1%	3.635	2,3%	(6.810)	-187,3%
Lucro líquido do exercício	3.394	2,3%	(6.357)	-4,0%	9.751	-153,4%

⁽¹⁾ Análise vertical (participação percentual dos itens sobre a receita líquida de vendas no mesmo período).

⁽²⁾ Análise horizontal (variação percentual de cada rubrica entre dois períodos).

Mensagem da Administração

Prezados acionistas.

Por conta de todo o cenário socioeconômico que o Brasil está envolvido, o ano de 2018 foi desafiador. Todavia, já começamos a colher alguns frutos que plantamos nos últimos anos: (i) nosso critério de homologação de lojistas mais rígido (perfil, garantias, capacidade financeira, etc.) já resulta em menos riscos nas operações; além disso, (ii) o nosso processo de depuração de rede nos levou a focar esforços nas operações mais relevantes e alinhadas ao propósito de nossas marcas, traduzindo-se numa rede mais homogênea. Essas ações já podem ser percebidas em nossos números de despesas com atendimento de consumidores. Além disso, se observamos a produtividade média por loja, em todas as marcas esse indicador cresceu, demonstrando que nossos lojistas também estão colhendo frutos de um mercado mais promissor, que apresentou tímidas melhoras ao longo do 2018.

Temos aplicado com êxito a ferramenta do NPS®. Diversas ações de melhorias na rede já têm sido feitas com base no feedback que recebemos de nosso consumidor. Essa métrica também está sendo aplicada em nosso Programa de Excelência, que premia as melhores lojas da rede e estabelece diretrizes de padronização do ponto de venda.

Durante este ano, ampliamos nossos investimentos no mercado externo. Em agosto divulgamos fato relevante sobre a assinatura de contrato com distribuidor de um produto criado especificamente para os Estados Unidos. A Administração da Companhia trabalhará para que esse relacionamento contribua na abertura do mercado norte americano a nossos produtos. Além disso, encerramos 2018 com 7 revendas Dell Anno no exterior (frente a 1 em 2017) na América do Norte.

Desconsiderados os efeitos de comercialização para consumidores finais (operação descontinuada pela Companhia) e da mudança de regime de contribuição do INSS, a nossa margem bruta passou por uma ligeira melhora, demonstrando nossa resiliência nesse período conturbado economicamente que envolveu pressão de fornecedores para aumento do custo de matéria-prima, assim como nossa precaução com a flexibilização das políticas de comercialização.

Já nas despesas operacionais, observa-se o resultado de nossa política mais austera na homologação de revendedores. As despesas com atendimento de consumidores e as de provisão para devedores duvidosos reduziram significativamente em relação a 2017. Fechamentos pontuais que ocorreram recentemente não provocaram impactos relevantes no resultado da Companhia. Adicionalmente, percebe-se que as despesas de uma forma geral estão

menores que em períodos anteriores, fruto dos esforços da administração para adequar a Companhia ao cenário mais restritivo.

Ao final de 2018, o caixa da Companhia está 41,1% maior do que no mesmo período do ano anterior. A geração de caixa foi de R\$12,1 milhões de reais. A Companhia não possui dívidas bancárias.

Por fim, a Administração entende que os resultados ainda estão aquém do esperado da Companhia, mas convictos de que nossas ações entregarão um retorno adequado ao risco do negócio.

Nosso muito obrigado aos nossos clientes, funcionários, revendedores, fornecedores e acionistas pela confiança depositada em nosso trabalho.

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas no mercado interno e externo atingiu R\$196,25 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma redução de 9,5% ou R\$20,49 milhões, comparados aos R\$216,74 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A redução da receita bruta de vendas ocorreu, principalmente, devido à queda de 10,8% nas vendas no mercado interno, conforme explicado abaixo. A receita bruta do mercado interno representou 95,8% e do mercado externo 4,2% do total da receita bruta de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, e 97,2% e 2,8%, respectivamente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Mercado Interno

Nossa receita bruta de vendas para o mercado interno atingiu R\$187,92 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma redução de 10,8%, ou R\$22,76 milhões, comparados aos R\$210,68 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

No ano de 2018 vendemos para o mercado interno um volume de 598,85 mil módulos que representou uma queda de 21,30% ou 162,11 mil módulos em relação ao volume vendido em 2017 que foi de 760,96 mil módulos.

Durante 2018, encerramos 58 operações, redução de 21% na rede de distribuição. Conforme comentado na mensagem da administração, a redução é oriunda tanto por intervenções da Companhia como por consequência do cenário econômico do país e foi concentrada em operações de baixa produtividade.

Mercado Externo

Nossa receita bruta de vendas para o mercado externo atingiu R\$8,33 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou um crescimento de 37,5% ou R\$2,27 milhões, comparados aos R\$6,06 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Em 2018 o número de módulos vendidos foi de 32,48 mil módulos, já em 2017 foi de 26,36 mil módulos. As vendas ao mercado externo são afetadas por oscilações significativas em função das especificidades dos projetos comercializados e pela oscilação da moeda externa.

Deduções de Vendas

As deduções de vendas atingiram R\$46,95 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma queda de 20,2% ou R\$11,85 milhões, comparados aos R\$58,80 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme descrito abaixo.

Impostos sobre as Vendas

Impostos sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). Os impostos sobre vendas (ICMS, PIS, COFINS e

CPRB) atingiram R\$37,36 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma redução de 22,7% ou R\$10,96 milhões, comparados aos R\$48,31 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo, nos respectivos períodos, a 19,9% e 22,9% de nossa receita do mercado interno. Essa redução decorre, principalmente, da alteração na forma de recolhimento da CPRB, que a partir do exercício de 2018 passou a ser realizada pela folha de pagamento, ao invés de pelo faturamento, conforme faculdade prevista na lei 12.546/2011.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre as vendas atingiu R\$8,29 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma queda de 7,3% ou R\$0,65 milhão, comparados aos R\$8,94 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo aos respectivos períodos, a 4,4% e 4,2% de nossa receita bruta de vendas.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções de vendas atingiram R\$0,26 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 6,5% ou R\$0,02 milhão, comparados aos R\$0,24 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,2% e 0,2% de nossa receita líquida de vendas.

Ajuste a Valor Presente

O valor do Ajuste a Valor Presente (AVP) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$1,04 milhão, o que representou uma redução de 19,9% ou R\$0,26 milhão, comparado aos R\$1,30 milhão do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando 0,5% e 0,6% respectivamente de nossa receita bruta de vendas.

Receita Líquida de Vendas

Em razão dos fatores acima descritos, nossa receita líquida de vendas atingiu R\$149,31 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma redução de 5,5% ou R\$8,64 milhões, comparados aos R\$157,94 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Custos dos Produtos Vendidos

Nosso custo dos produtos vendidos atingiu R\$91,16 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 0,3% ou R\$0,23 milhão, comparado aos R\$90,93 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. O custo dos produtos vendidos em 2018 representou 61,1% da receita líquida de vendas e 57,6% no ano de 2017.

Lucro Bruto

Em razão dos fatores acima descritos, nosso lucro bruto atingiu R\$58,14 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma queda de 13,2% ou R\$8,87 milhões, comparados aos R\$67,01 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A margem bruta diminuiu 3,5 p.p., passando de 42,4% para 38,9%. A redução da margem ocorreu devido a três principais fatores: (i) encerramento das lojas próprias, redução de 4,1 p.p.; (ii) venda de matéria prima de itens que foram descontinuados durante o ano de 2018 em virtude de melhorias em produtos, redução de 0,8 p.p. Durante o ano diversos produtos foram alterados e o saldo remanescente de seus estoques vendidos. Essa venda não gera prejuízo para a Companhia, entretanto, a margem é significativamente menor do que nos demais canais de venda; e, (iii) menor base de diluição dos GGF's, redução de 0,3 p.p. Nos gastos gerais de fabricação, a menor base para diluição da depreciação contribuiu para uma redução de 0,5 p.p. e a provisão para estoques obsoletos contribuiu para a redução de 0,9 p.p., já a redução da despesa de pessoal, contribuiu para o aumento de 1,1 p.p na margem. Essas reduções na margem, foram parcialmente compensadas por: (i) alteração da forma de recolhimento do INSS, aumento de 0,1 p.p., a Companhia passou a recolher a Contribuição Previdenciária pela folha de pagamento, conforme faculdade prevista na lei 12.546/2011; e, (ii) melhoria do mix de venda, aumento de 1,6p.p.

Despesas e Receitas Operacionais

Nossas despesas operacionais líquidas atingiram R\$56,75 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma queda de 30,5% ou R\$24,86 milhões, comparados aos R\$81,61 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo nos respectivos períodos, a 38,0% e 51,7% da nossa receita líquida de vendas. A queda das despesas operacionais decorreu principalmente dos fatores listados a seguir:

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

Nossas despesas com vendas gerais e administrativas atingiram R\$59,85 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma queda de 28,1% ou R\$23,43 milhões, em relação aos R\$83,28 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo nos respectivos períodos a 40,1% e 52,7% da nossa receita líquida de vendas. Essa queda decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- I. As despesas com consumidores foram R\$11,7 milhões menores do que em 2017. Essas despesas compreendem gastos com mercadoria, frete e montagem de consumidores finais que não foram atendidos por lojas fechadas e estão sendo atendidos diretamente pela fábrica e processos judiciais.
- II. As despesas com lojas próprias foram R\$6,1 milhões menores devido ao encerramento da operação conforme divulgado no release do 4T16.
- III. As despesas com pessoal, foram R\$3,2 milhões menores nesse exercício, compensada pelo aumento de R\$0,9 milhão em virtude da alteração na forma de recolhimento do

INSS. Essa redução deve-se à adequação da estrutura da Companhia realizada ao longo de 2017 e 2018.

- IV. A amortização de pontos comerciais reduziu R\$1,8 milhão devido ao encerramento da amortização de um de nossos pontos comerciais, que se encerrou em maio/18.
- V. A redução nas demais despesas é oriunda, principalmente de redução nas despesas com viagens e provisão para devedores duvidosos.

Outras Receitas e Despesas Operacionais, Líquidas.

Nossas outras receitas operacionais, líquidas, atingiram R\$3,10 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 85,0% ou R\$1,42 milhão, comparado aos R\$1,68 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando respectivamente 2,1% e 1,1% da receita líquida de vendas de vendas.

As principais variações nesse grupo são efeitos não recorrentes registrados no exercício de 2017: (i) reconhecimento pontual de provisão para desvalorização de imóveis mantidos para vendas, R\$1,6 milhão; (ii) receita pontual de venda de bandeira, R\$ 1,0 milhão. Efeitos não recorrentes registrados no exercício de 2018: (i) recuperação de depósitos judiciais baixados em períodos anteriores R\$165 mil; (ii) recuperação de créditos baixados como incobráveis em períodos anteriores, R\$125 mil; Créditos de impostos sobre exportação REINTEGRA, R\$122 mil; e, créditos extemporâneos de PIS e Cofins, R\$105 mil.

Lucro (Prejuízo) operacional

O resultado operacional foi de lucro de R\$1,40 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma diminuição do prejuízo de 109,6% ou R\$15,99 milhões, comparados ao prejuízo operacional de R\$14,60 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo, nos respectivos períodos, a 0,9% e -9,2% da nossa receita líquida de vendas.

Despesas Financeiras

Nossas despesas financeiras atingiram R\$1,30 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma diminuição de 50,5% ou R\$1,32 milhão comparados aos R\$2,61 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Tal variação ocorreu, principalmente, devido à redução nos descontos financeiros concedidos a clientes por liquidação de negociações contratuais. Nossas despesas financeiras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 corresponderam, respectivamente a 0,9% e 1,7% da nossa receita líquida de vendas.

Receitas Financeiras

Nossas receitas financeiras atingiram R\$6,47 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou uma queda de 10,4% ou R\$0,75 milhão, comparados aos R\$7,22 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esta variação

ocorreu, principalmente, devido à redução da receita com aplicações financeiras, devido à menor taxa SELIC em 2018.

Nossas receitas financeiras, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, corresponderam, respectivamente, a 4,3% e 4,6% da nossa receita líquida de vendas.

Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, nosso resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentou lucro de R\$6,57 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representou um aumento de 165,7% ou R\$16,56 milhões, comparados ao prejuízo antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$9,99 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, correspondendo, nos respectivos períodos a 4,4% e -6,3% da nossa receita líquida de vendas.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

No exercício de 2018, assim como no de 2017, devido ao prejuízo fiscal, não ocorreu recolhimento de imposto de renda corrente.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido

A constituição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido refletem as diferenças temporárias entre a base de cálculo societária e fiscal. No exercício de 2018, o principal efeito deve-se ao lucro da Companhia, frente ao prejuízo do exercício de 2017.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Em virtude das variações verificadas nas contas analisadas acima, tivemos lucro líquido de R\$3,39 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, revertendo o prejuízo de R\$6,46 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Um aumento de 153,4% ou R\$9,75 milhões do resultado, correspondendo nos respectivos períodos, a uma margem líquida de 2,3% e -4,0% da nossa receita líquida de vendas.

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019

Ativo	31/12/2019	AV	31/12/2020	AV	Δ
Ativo Circulante	124.350	54,5%	107.177	52,2%	-13,8%
Caixa e Equivalentes de Caixa	45.561	20,0%	47.584	23,2%	+4,4%
Aplicações Financeiras	21.149	9,3%	-	0,0%	-100,0%
Contas a Receber	30.488	13,4%	30.027	14,6%	-1,5%
Estoques	20.198	8,8%	24.243	11,8%	+20,0%
Adiantamentos e Antecipações	416	0,2%	387	0,2%	-7,0%
Empréstimos Concedidos	1.055	0,5%	775	0,4%	-26,5%
Despesas Antecipadas	1.886	0,8%	2.173	1,1%	+15,2%
Impostos a Recuperar	2.058	0,9%	1.483	0,7%	-27,9%
Outros Ativos Circulantes	1.539	0,7%	505	0,2%	-67,2%
Ativo Não Circulante	103.903	45,5%	98.011	47,8%	-5,7%
Aplicações Financeiras	3.224	1,4%	3.270	1,6%	+1,4%
Contas a Receber	7.760	3,4%	8.848	4,3%	+14,0%
Empréstimos Concedidos	1.671	0,7%	1.732	0,8%	+3,7%
Ativo Mantido para Venda	532	0,2%	586	0,3%	+10,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.875	2,6%	2.902	1,4%	-50,6%
Depósitos Judiciais	1.997	0,9%	1.690	0,8%	-15,4%
Outros Ativos Não Circulantes	1.179	0,5%	106	0,1%	-91,0%
Investimentos	20	0,0%	20	0,0%	+0,0%
Imobilizado	74.762	32,8%	74.850	36,5%	+0,1%
Intangível	6.883	3,0%	4.007	2,0%	-41,8%
Total do Ativo	228.253	100%	205.188	100%	-10,1%
Passivo	31/12/2019	AV	31/12/2020	AV	Δ
Passivo Circulante	59.198	25,9%	40.173	19,6%	-32,1%
Empréstimos e Financiamentos	-	0,0%	-	0,0%	n/a
Fornecedores	1.584	0,7%	4.097	2,0%	+158,6%
Obrigações Tributárias	1.841	0,8%	1.734	0,8%	-5,8%
Dividendos e JCP a Pagar	4.393	1,9%	6.282	3,1%	+43,0%
Salários e Encargos Sociais	2.663	1,2%	2.838	1,4%	+6,6%
Adiantamento de Clientes	17.063	7,5%	20.399	9,9%	+19,6%
Provisões	2.020	0,9%	1.227	0,6%	-39,3%
Outros Passivos Circulantes	5.368	2,4%	3.596	1,8%	-33,0%
Devolução de capital aos acionistas	24.266	10,6%	-	0,0%	-100,0%
Passivo Não Circulante	9.013	3,9%	9.067	4,4%	+0,6%
Obrigações Tributárias	77	0,0%	-	0,0%	-100,0%
Provisões	8.936	3,9%	9.067	4,4%	+1,5%
Patrimônio Líquido	160.042	70,1%	155.948	76,0%	-2,6%
Capital Social	147.000	64,4%	147.000	71,6%	+0,0%
Reservas de Lucros	899	0,4%	1.641	0,8%	+82,5%
Ajustes Acumulados de Conversão	61	0,0%	313	0,2%	+413,1%
Dividendos Adicionais Propostos	12.082	5,3%	6.994	3,4%	-42,1%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	228.253	100%	205.188	100%	-10,1%

Ativo Circulante**Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$47,58 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumentando 4,4% em comparação com R\$45,56 milhões em 31 de dezembro de 2019. Ao somarmos as linhas de caixa e equivalente de caixa e as de aplicações financeiras de curto e longo prazo, chega-se ao total de R\$50,85 milhões de reais, queda de 27,3% em comparação com 2019, quando o saldo total era de R\$69,93 milhões.

Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui aplicações financeiras de liquidez imediata (com vencimento abaixo de 90 dias), em 31 de dezembro de 2019 esse saldo era de R\$21,15 milhões.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2020, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$30,03 milhões, representando uma queda de 1,5% em relação ao montante de R\$30,49 milhões em 31 de dezembro de 2019.

O contas a receber (curto e longo prazo) encerrou o exercício de 2020 em R\$38,8 milhões, 1,6% maior do que em 31 de dezembro de 2019. O prazo médio de recebimento passou de 69,6 em 2019 para 73,7 em 2020. A principal alteração nessa rubrica refere-se às medidas de concessão de crédito a revendedores adotadas no 2T20.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$24,24 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 20,0% em relação a 31 de dezembro de 2019. Em 2020, o prazo médio de renovação dos estoques foi de 107,6 dias, em 2019 era de 100,9. O aumento de estoque ocorreu para prevenir a falta de insumos no mercado decorrentes aos efeitos da pandemia.

Adiantamento e antecipações

O saldo dessa rubrica foi de R\$0,39 milhão em 31 de dezembro de 2020 e de R\$0,42 milhão em 31 de dezembro de 2019.

Empréstimos concedidos

Referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 8,52% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

No curto prazo, os empréstimos concedidos totalizaram R\$0,78 milhão em 31 de dezembro de 2020, 26,5% menor.

Os empréstimos concedidos, totalizando curto e longo prazo, totalizaram R\$2,51 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 8,0%. A queda no saldo se refere à liquidação das parcelas.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$2,17 milhão em 31 de dezembro de 2020, aumento de 15,2%. Esta variação ocorreu porque tivemos um aumento nos arrendamentos mercantis e prêmios de seguro.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$1,48 milhões em 31 de dezembro de 2020, queda de 27,9%. Esta queda ocorreu devido à utilização do saldo de imposto de renda e contribuição social de 2019.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$0,50 milhão em 31 de dezembro de 2020, redução de 67,2% devido à liquidação de saldos.

Ativo Não Circulante

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do contas a receber de clientes no não circulante totalizou R\$8,84 milhões, apresentando um aumento de 14,0%, refletindo o efeito explicado no circulante.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,73 milhão em 31 de dezembro de 2020, aumentando 3,7%, devido à concessão de novos empréstimos e renegociação de saldos.

Ativo mantido para venda

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$0,58 milhão em 31 de dezembro de 2020, aumento de 10,2%, devido ao recebimento de imóveis de garantias prestadas por nossos revendedores.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizaram R\$2,90 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 50,6%. Esta variação ocorreu pela diminuição na base de prejuízo fiscal, pela redução da provisão de devedores duvidosos e da provisão para perdas com avais.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$1,60 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 15,4%. A redução, decorre, principalmente, do encerramento de processos. Todos os depósitos judiciais são devidamente provisionados no momento do bloqueio.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$0,10 milhão em 31 de dezembro de 2020, redução de 91,0%. A variação nessa conta decorre, principalmente, da liquidação de parcelas da alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Investimentos

Não houve variação significativa nesta conta.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$74,85 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 0,1%. Conforme a nota explicativa 12 da Demonstração Contábil, foi investido R\$7,06 milhões em imobilizado e depreciado R\$6,71 milhões.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$4,00 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 41,8%. A redução decorre, principalmente, da amortização dos fundos de comércio.

Passivo Circulante**Fornecedores**

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$4,09 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 158,6%. Esta variação está relacionada ao aumento de estoques.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$1,73 milhão em 31 de dezembro de 2020, redução de 5,8%.

Dividendos e JCP a pagar

Refere-se ao valor aprovado pelo Conselho de Administração em 01 de dezembro de 2020 para pagamento de juros sobre o capital próprio. Esse valor, foi imputado ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Sua data proposta para pagamento é 28 de maio de 2021 e será deliberada na assembleia que está prevista para realização em 27 de abril de 2021.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$2,83 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 6,6%. A variação decorre do aumento do quadro de funcionários em relação ao exercício de 2019, além do dissídio da categoria.

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamento de clientes totalizou R\$20,39 milhões em 31 de dezembro de 2020, aumento de 19,6%. Em 2020, aumentou-se os preços dos produtos em outubro e, como a Companhia permite que, mediante adiantamento, os lojistas mantenham o preço dos valores adiantados, o saldo em adiantamento no final do exercício aumentou em relação a 2019, quando o aumento ocorreu no terceiro trimestre.

Provisões

Nessa rubrica está registrada a provisão para cobrir obrigações de entrega de mercadorias a consumidores que adquiriram produtos de lojas que fecharam. Seu saldo totalizou R\$1,22 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 39,3%. A redução deve-se pela realização das obrigações da Companhia junto a esses consumidores.

Outros passivos circulantes

Essa rubrica totalizou R\$3,60 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 33,0%. Essa variação se refere à contratos com obrigações de performance futuras da Unicasa Corporate e a redução de ordens recebidas de câmbio a compensar.

Passivo Não Circulante**Provisões**

Nessa rubrica são registradas as provisões para processos cíveis, trabalhistas e tributários. Elas totalizaram R\$8,54 milhões em 31 de dezembro de 2020, queda de 3,0%. A variação dessa rubrica reflete a classificação de nossos assessores jurídicos referente às perdas envolvidas nos processos judiciais dos quais a Companhia é parte e seguem as normas contábeis para provisionamento. Nossa carteira de processo vem reduzindo significativamente ao longo dos últimos 3 anos.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$155,95 milhões em 31 de dezembro de 2020, redução de 2,6%. Pode-se observar o saldo de dividendos adicionais propostos no valor de R\$6,99 milhões que foram submetidos para aprovação da assembleia geral ordinária que está prevista para ocorrer no dia 27 de abril de 2021. A data proposta para pagamento é 28 de maio de 2021. A variação do desta rubrica deve-se ao menor volume de dividendos adicionais propostos no encerramento de cada exercício.

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018

Ativo	31/12/2018	AV	31/12/2019	AV	Δ
Ativo Circulante	98.844	45,6%	124.350	54,5%	+25,8%
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.788	13,3%	45.561	20,0%	+58,3%
Aplicações Financeiras	9.774	4,5%	21.149	9,3%	+116,4%
Contas a Receber	28.485	13,1%	30.488	13,4%	+7,0%
Estoques	21.563	9,9%	20.198	8,8%	-6,3%
Adiantamentos e Antecipações	399	0,2%	416	0,2%	+4,3%
Empréstimos Concedidos	1.803	0,8%	1.055	0,5%	-41,5%
Despesas Antecipadas	1.992	0,9%	1.886	0,8%	-5,3%
Impostos a Recuperar	892	0,4%	2.058	0,9%	+130,7%
Outros Ativos Circulantes	5.148	2,4%	1.539	0,7%	-70,1%
Ativo Não Circulante	118.138	54,4%	103.903	45,5%	-12,0%
Aplicações Financeiras	3.036	1,4%	3.224	1,4%	+6,2%
Contas a Receber	8.326	3,8%	7.760	3,4%	-6,8%
Empréstimos Concedidos	1.439	0,7%	1.671	0,7%	+16,1%
Ativo Mantido para Venda	750	0,3%	532	0,2%	-29,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13.063	6,0%	5.875	2,6%	-55,0%
Depósitos Judiciais	2.830	1,3%	1.997	0,9%	-29,4%
Outros Ativos Não Circulantes	1.539	0,7%	1.179	0,5%	-23,4%
Investimentos	20	0,0%	20	0,0%	+0,0%
Imobilizado	78.663	36,3%	74.762	32,8%	-5,0%
Intangível	8.472	3,9%	6.883	3,0%	-18,8%
Total do Ativo	216.982	100%	228.253	100%	5,2%
Passivo	31/12/2018	AV	31/12/2019	AV	Δ
Passivo Circulante	34.247	15,8%	59.198	25,9%	+72,9%
Fornecedores	2.299	1,1%	1.584	0,7%	-31,1%
Obrigações Tributárias	1.179	0,5%	1.841	0,8%	+56,1%
Dividendos e JCP a Pagar	-	0,0%	4.393	1,9%	n/a
Salários e Encargos Sociais	2.876	1,3%	2.663	1,2%	-7,4%
Adiantamento de Clientes	16.717	7,7%	17.063	7,5%	+2,1%
Provisões	5.485	2,5%	2.020	0,9%	-63,2%
Outros Passivos Circulantes	5.691	2,6%	5.368	2,4%	-5,7%
Devolução de capital aos acionistas	-	0,0%	24.266	10,6%	n/a
Passivo Não Circulante	11.469	5,3%	9.013	3,9%	-21,4%
Obrigações Tributárias	208	0,1%	77	0,0%	-63,0%
Provisões	11.261	5,2%	8.936	3,9%	-20,6%
Patrimônio Líquido	171.266	78,9%	160.042	70,1%	-6,6%
Capital Social	187.709	86,5%	147.000	64,4%	-21,7%
Reservas de Capital	(2.658)	-1,2%	-	0,0%	-100,0%
Reservas de Lucros	-	0,0%	899	0,4%	n/a
Ajustes Acumulados de Conversão	-	0,0%	61	0,0%	n/a
Dividendos Adicionais Propostos	-	0,0%	12.082	5,3%	n/a
Prejuízos Acumulados	(13.785)	-6,4%	-	0,0%	-100,0%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	216.982	100%	228.253	100%	+5,2%

Ativo Circulante**Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$45,56 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumentando 58,3% em comparação com R\$28,79 milhões em 31 de dezembro de 2018. Ao somarmos as linhas de caixa e equivalente de caixa e as de aplicações financeiras de curto e longo prazo, chega-se ao total de R\$69,93 milhões de reais, aumento de 68,1% em comparação com 2018, quando o saldo total era de R\$41,60 milhões. Esse aumento é decorrente da geração operacional de caixa da Companhia.

Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui R\$21,15 milhões em aplicações financeiras de liquidez não imediata (com vencimento acima de 90 dias), em 31 de dezembro de 2018 esse saldo era de R\$9,77 milhões. Essas aplicações estão indexadas a 102,4% do CDI.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2019, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$30,48 milhões, representando um aumento de 7,0% em relação ao montante de R\$28,49 milhões em 31 de dezembro de 2018.

O contas a receber (curto e longo prazo) encerrou o exercício de 2019 em R\$38,25 milhões, 3,9% maior do que em 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de recebimento passou de 70,5 em 2018 para 74,1 em 2019, a principal alteração nessa rubrica refere-se à contabilização de contratos futuros que passou a registrada no contas a receber em 2019, além da dilação pontual do prazo para pagamento de alguns clientes em virtude do aumento de faturamento.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$20,20 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 6,3% em relação a 31 de dezembro de 2018. Em 2019, o prazo médio de renovação dos estoques foi de 80,9 dias, em 2018 era de 85,2. Essa redução é oriunda dos esforços da Companhia na redução dos saldos de estoque.

Adiantamento e antecipações

A principal variação nessa rubrica é referente a saldo de adiantamento de férias concedidas a funcionários.

Empréstimos concedidos

Referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 10,86% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

No curto prazo, os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,05 milhão em 31 de dezembro de 2019, 41,5% menor.

No balanço, os empréstimos concedidos, totalizando curto e longo prazo, totalizaram R\$2,73 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 15,9%. A queda no saldo se refere à liquidação na condução normal das parcelas.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$1,89 milhão em 31 de dezembro de 2019, redução de 5,3%. Essa redução decorre do menor saldo de valores antecipados para despesas com publicidade.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$2,06 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 130%. O aumento do saldo decorre de saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social pagos no exercício de 2019, mas que se tornaram em excesso em virtude do benefício fiscal do Juros Sobre Capital Próprio declarado em 11 de dezembro de 2019 pelo Conselho de Administração, conforme ata publicada nessa data. Esses saldos serão aproveitados durante o exercício de 2020.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$1,54 milhão em 31 de dezembro de 2019, redução de 70%. A principal variação dessa rubrica refere-se a registro de ordens de câmbio de clientes do exterior, que foram transferidas para a linha de Caixa e Equivalentes de Caixa. Na mesma linha, foi alterado a contabilização de contratos futuros oriundos de negociações com clientes corporativos, conforme determina o CPC 47, transferida para a rubrica de contas a receber.

Ativo Não Circulante**Contas a receber de clientes**

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do contas a receber de clientes no não circulante totalizou R\$7,76 milhões, apresentando uma queda de 6,8%. A variação do contas a receber, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,67 milhão em 31 de dezembro de 2019, aumentando 16,1%. A variação dos empréstimos concedidos, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Ativo mantido para venda

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$0,53 milhão em 31 de dezembro de 2019, redução de 29%. A diminuição à venda de bens realizadas durante 2019.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizaram R\$5,88 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 55%.

A redução dessa rubrica deve-se principalmente à realização das provisões ao longo do exercício de 2019.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$2,00 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 29,4%. As reduções decorrem, principalmente, de processos cíveis e tributários. A redução, decorre, principalmente, do encerramento de processos. Todos os depósitos judiciais são devidamente provisionados no momento do bloqueio.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$1,79 milhão em 31 de dezembro de 2019, redução de 23,4%. A variação nessa conta decorre, principalmente, da liquidação de parcelas da alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Investimentos

Não houve variação significativa nesta conta.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$74,76 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 5%. A redução decorre, principalmente, pela depreciação do imobilizado em maior nível do que as aquisições realizadas em 2019. A movimentação total do imobilizado pode ser observada na nota explicativa número 11 das demonstrações financeiras.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$6,88 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 18,8%. A redução decorre, principalmente, da amortização dos fundos de comércio.

Passivo Circulante**Fornecedores**

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$1,58 milhão em 31 de dezembro de 2019, diminuindo 31,1%. A redução decorre do menor saldo de fornecedores indiretos, impacto que também pode ser observado nas despesas antecipadas.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$1,84 milhão em 31 de dezembro de 2019, aumento de 56,1%. A principal variação nessa rubrica é decorrente da alteração realizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul que antecipou o vencimento de parte do ICMS de dezembro de 2018 para o mês de ocorrência do fato gerador. Através do decreto nº 54.348 de 26 de novembro de 2018, o Governo dividiu o ICMS do mês de dezembro em duas parcelas, um referente aos quinze primeiros dias do mês e outra referente aos demais dias. Sendo o vencimento da primeira parcela, ainda dentro do mês de dezembro. Essa alteração, obrigou a Companhia a quitar a maior parte do ICMS do mês dentro do próprio mês de competência ao invés do vencimento normal no dia 20 do mês subsequente; e, (ii) não há mais saldo de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, R\$0,3 milhão em 31 de dezembro de 2017, que, por opção da Companhia, conforme faculdade prevista na lei 12.546/2011, passou a ser calculada sobre folha de pagamento. Assim, no exercício de 2018, essa obrigação está registrada na rubrica de Salários e Encargos Sociais.

Dividendos e JCP a pagar

Refere-se ao valor aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de dezembro de 2019 para pagamento de juros sobre o capital próprio. Esse valor, foi imputado ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Sua data de pagamento será deliberada na assembleia que está prevista para realização em 16 de abril de 2020. A data proposta pela Administração da Companhia é 30 de abril de 2020.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$2,66 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 7,4%. A redução decorre do menor número de funcionários e da variação de saldos de férias no encerramento dos períodos comparativos.

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamento de clientes totalizou R\$17,06 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 2,1%.

Provisões

Nessa rubrica está registrada a provisão para cobrir obrigações de entrega de mercadorias a consumidores que adquiriram produtos de lojas que fecharam. Seu saldo totalizou R\$2,02 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 63%. A redução deve-se pela realização das obrigações da Companhia junto a esses consumidores.

Devolução de capital aos acionistas

Refere-se ao valor a restituir aos acionistas pela redução de capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2019. Esse valor foi devolvido aos acionistas no dia 14 de fevereiro de 2020.

Outros passivos circulantes

Essa rubrica totalizou R\$5,37 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 5,7%.

Passivo Não Circulante

Obrigações Tributárias

O saldo dessa rubrica refere-se ao parcelamento de IPI e imposto de importação referente a processo que a Companhia mantinha em discussão referente ao aproveitamento de créditos tributários realizados em 2002. Este processo estava totalmente provisionado.

Provisões

Nessa rubrica são registradas as provisões para processos cíveis, trabalhistas e tributários. Elas totalizaram R\$8,80 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 20,6%. A variação dessa rubrica reflete a classificação de nossos assessores jurídicos referente às perdas envolvidas nos processos judiciais dos quais a Companhia é parte e seguem as normas contábeis para provisionamento. Nossa carteira de processo vem reduzindo significativamente ao longo dos últimos 3 anos. O efeito dessa redução pode ser observado na redução das despesas operacionais da Companhia, que tem sido explicada, principalmente, pela redução nas despesas com contingências.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$160,04 milhões em 31 de dezembro de 2019, redução de 6,6%. Essa redução decorre, principalmente, da redução de capital aprovada na assembleia geral extraordinária de 03 de dezembro de 2019. Pode-se observar também, o saldo de dividendos adicionais propostos no valor de R\$12,0 milhões que foram submetidos para aprovação da assembleia geral ordinária que está prevista para ocorrer no dia 16 de abril de 2020. A data proposta para pagamento é 30 de abril de 2020.

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 comparado com o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017

Ativo	31/12/2017	AV	31/12/2018	AV	Δ
Ativo Circulante	84.506	39,1%	98.844	45,6%	+17,0%
Caixa e Equivalentes de Caixa	29.473	13,6%	28.788	13,3%	-2,3%
Aplicações Financeiras	-	0,0%	9.774	4,5%	n/a
Contas a Receber	23.641	10,9%	28.485	13,1%	+20,5%
Estoques	19.770	9,1%	21.563	9,9%	+9,1%
Adiantamentos e Antecipações	837	0,4%	399	0,2%	-52,3%
Empréstimos Concedidos	1.456	0,7%	1.803	0,8%	+23,8%
Despesas Antecipadas	1.089	0,5%	1.992	0,9%	+82,9%
Impostos a Recuperar	5.096	2,4%	892	0,4%	-82,5%
Outros Ativos Circulantes	3.144	1,5%	5.148	2,4%	+63,7%
Ativo Não Circulante	131.857	60,9%	118.138	54,4%	-10,4%
Aplicações Financeiras	-	0,0%	3.036	1,4%	n/a
Contas a Receber	11.633	5,4%	8.326	3,8%	-28,4%
Empréstimos Concedidos	2.606	1,2%	1.439	0,7%	-44,8%
Ativo Mantido para Venda	2.878	1,3%	750	0,3%	-73,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.238	7,5%	13.063	6,0%	-19,6%
Depósitos Judiciais	2.946	1,4%	2.830	1,3%	-3,9%
Outros Ativos Não Circulantes	2.454	1,1%	1.539	0,7%	-37,3%
Investimentos	31	0,0%	20	0,0%	-35,5%
Imobilizado	82.398	38,1%	78.663	36,3%	-4,5%
Intangível	10.673	4,9%	8.472	3,9%	-20,6%
Total do Ativo	216.363	100%	216.982	100%	0,3%

Ativo Circulante**Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$28,79 milhões em 31 de dezembro de 2018, reduzindo 0,4% em comparação com R\$29,47 milhões em 31 de dezembro de 2017. No encerramento do exercício de 2018, a Companhia possui em aplicações financeiras R\$12,81 milhões, totalizando as disponibilidades financeiras em R\$40,60 milhões, 41,1% maior do que no encerramento do exercício de 2017.

Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui R\$9,77 milhões em aplicações financeiras de liquidez não imediata (com vencimento acima de 90 dias), em 31 de dezembro de 2017 a Companhia não possui aplicações com essa característica. Essas aplicações estão indexadas a 101,61% do DI e somente podem ser resgatadas após o vencimento.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes no circulante totalizaram R\$28,48 milhões, representando um aumento de 20,5% ou R\$4,84 milhões em relação ao montante de R\$23,64 milhões em 31 de dezembro de 2017.

O contas a receber (curto e longo prazo) encerrou o exercício de 2018 em R\$36,81 milhões, R\$1,54 milhão maior do que em 31 de dezembro de 2017. Os principais fatores que causaram essa variação são:

- (i) Redução de R\$0,83 milhão devido ao aumento da provisão para devedores duvidosos. Valor este, líquido entre constituição e recuperação de valores provisionados.
- (ii) Aumento de R\$2,07 milhões devido à concessão de créditos aos clientes.

Estoques

Os estoques totalizaram R\$21,56 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumentando 9,1% ou R\$1,79 milhão, em comparação com os R\$19,77 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Adiantamento e antecipações

A principal variação nessa rubrica é referente a saldo de adiantamento de férias concedidas a funcionários.

Empréstimos concedidos

Referem-se a empréstimos concedidos por nós a clientes, com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de revendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 16,44% ao ano. Em garantia destas operações possuímos cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

No curto prazo, os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,80 milhão em 31 de dezembro de 2018, 23,8% maior ou R\$0,35 milhão, em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, R\$1,46 milhão.

No balanço, os empréstimos concedidos totalizaram R\$3,24 milhões em 31 de dezembro de 2018, reduzindo 20,2% ou R\$0,82 milhão em relação a 31 de dezembro de 2017. A queda no saldo se refere a: (i) redução pelo recebimento das parcelas no valor aproximado de R\$ 0,83 milhão; (ii) redução pela constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$0,09 milhão; (iii) aumento pela emissão de um empréstimo no valor de R\$0,10.

Despesas antecipadas

As despesas antecipadas totalizaram R\$1,99 milhão em 31 de dezembro de 2018, aumentando 82,9% ou R\$0,90 milhão em relação ao valor de R\$1,09 milhão em 31 de dezembro de 2017.

Esse aumento decorre, principalmente, devido a: (i) adiantamentos realizados para execução de feira no exterior, R\$0,45 milhão; e, (ii) registro de arrendamento mercantil, em contra partida de lançamento em outros passivos, para adequação às novas regras contábeis estabelecidas pelo CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, para a operação de arrendamento de computadores, R\$0,52 milhão.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar totalizaram R\$0,89 milhão em 31 de dezembro de 2018, diminuindo R\$4,20 milhões em relação ao valor de R\$5,10 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução é referente à utilização de IRPJ e CSLL de base negativa de resultados de exercícios anteriores para a compensação de impostos federais (PIS e Cofins) durante o exercício de 2018.

Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes totalizaram R\$5,14 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumentando R\$2,00 milhão em relação ao valor de R\$3,14 milhões em 31 de dezembro de 2017. O principal incremento nessa linha do balanço deve-se a dois fatores: (i) registro de ordens de câmbio de clientes do exterior que ainda não foi realizada a operação de fechamento de câmbio, R\$0,9 milhão. Esses valores aguardam procedimentos operacionais para terem seu câmbio fechado, não são utilizados para especulação; e, (ii) a partir desse exercício, a Companhia passou a contabilizar contratos futuros oriundos de negociações com clientes corporativos, conforme determina o CPC 47, R\$1,17 milhão.

Nesta conta estão registrados os seguintes créditos a receber:

(i) prêmio bancário a receber por meio de parceria junto a instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos, por financiamentos realizados por clientes através de nossa rede de revendedores exclusivos;

(ii) valores a receber de lojistas referentes à cooperação em campanhas de marketing;
e,

(iii) saldo a receber de terceiros pela alienação das operações próprias mantidas pela controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

Ativo Não Circulante

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do contas a receber de clientes no não circulante totalizou R\$8,33 milhões, apresentando uma queda de 28,4% ou R\$3,31 milhões, em relação ao montante de R\$11,63 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação do contas a receber, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos totalizaram R\$1,44 milhão em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 44,8% ou R\$1,17 milhão em comparação aos R\$2,61 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação dos empréstimos concedidos, pode ser visualizada nas explicações dessa linha no curto prazo.

Ativo mantido para venda

O ativo não circulante mantido para venda está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. Possuímos acordo com corretores especializados em vendas de imóveis e acreditamos que no curto prazo poderemos realizar a venda de tais ativos. Os valores são mantidos ao custo de aquisição sendo inferiores aos seus valores de mercado. O ativo mantido para venda totalizou R\$0,75 milhão em 31 de dezembro de 2018, diminuindo R\$2,13 milhões em relação aos R\$2,88 milhões em 31 de dezembro de 2017. A diminuição refere-se ao esforço feito em 2018 para a venda dos ativos, buscando a geração de caixa.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos totalizou R\$13,06 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 19,6% em relação ao valor de R\$16,24 milhões em 31 de dezembro de 2017.

A redução dessa rubrica deve-se principalmente à realização das provisões ao longo do exercício de 2018, R\$2,25 milhões; e, ao aumento da diferença passiva entre a depreciação fiscal e societária, R\$1,06 milhão.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais totalizaram R\$2,83 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo R\$0,12 milhão em relação aos R\$2,95 milhões em 31 de dezembro de 2017. As reduções decorrem, principalmente, de processos cíveis e tributários.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes totalizaram R\$1,54 milhão em 31 de dezembro de 2018 e R\$2,45 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação nessa conta decorre, principalmente, da classificação de prazo das parcelas da alienação das operações próprias mantidas pela Unicasa Comércio de Móveis Ltda., transferidas para o curto prazo.

Investimentos

Não houve variação significativa nesta conta.

Imobilizado

Nosso imobilizado totalizou R\$78,66 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 4,5% em relação aos R\$82,40 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução decorre, principalmente, pela depreciação do imobilizado em maior nível do que as aquisições realizadas em 2018.

Intangível

Nosso intangível totalizou R\$8,47 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo R\$2,20 milhões em relação aos R\$10,67 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução decorre, principalmente, da amortização dos fundos de comércio.

Passivo Circulante

Fornecedores

Nosso saldo com fornecedores totalizou R\$2,30 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 29,6% ou R\$0,97 milhão em comparação aos R\$3,27 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução decorre do menor saldo de fornecedores indiretos.

Obrigações tributárias

Nossas obrigações tributárias totalizaram R\$1,18 milhão em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 56,6% ou R\$1,54 milhão em comparação aos R\$2,72 milhões em 31 de dezembro de 2017. As principais alterações nessa rubrica são: (i) redução de R\$0,8 milhão de ICMS a recolher, devido à alteração realizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul no recolhimento do ICMS do mês dezembro. Através do decreto nº 54.348 de 26 de novembro de 2018, o Governo dividiu o ICMS do mês de dezembro em duas parcelas, um referente aos quinze primeiros dias do mês e outra referente aos demais dias. Sendo o vencimento da primeira parcela, ainda dentro do mês de dezembro. Essa alteração, obrigou a Companhia a quitar a maior parte do ICMS do mês dentro do próprio mês de competência ao invés do vencimento normal no dia 20 do mês subsequente; e, (ii) não há mais saldo de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, R\$0,3 milhão em 31 de dezembro de 2017, que, por opção da Companhia, conforme faculdade prevista na lei 12.546/2011, passou a ser calculada sobre folha de pagamento. Assim, no exercício de 2018, essa obrigação está registrada na rubrica de Salários e Encargos Sociais.

Salários e encargos sociais

Nossos salários e encargos sociais totalizaram R\$2,88 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 3,3% ou R\$0,10 milhão em comparação com os R\$2,97 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução diminuiu em relação à redução ao número de funcionários, deve-se ao aumento da Contribuição à Previdência Social, que, conforme explicado no parágrafo anterior, deve-se à alteração na forma da base de cálculo dessa Contribuição, que no exercício de 2018 passou a ocorrer através da folha de pagamento.

Adiantamentos de clientes

Nosso saldo de adiantamento de clientes totalizou R\$16,72 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 4,8% ou R\$0,85 milhão em relação aos R\$17,57 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução da receita é o principal fator que contribui para essa variação.

Provisões

Nessa rubrica está registrada a provisão para cobrir obrigações de entrega de mercadorias a consumidores que adquiriram produtos de lojas que fecharam. Seu saldo totalizou R\$5,49 milhões em 31 de dezembro de 2018, diminuindo 37,0% ou R\$3,22 milhões em relação aos R\$8,70 milhões em 31 de dezembro de 2017. A redução deve-se pela realização efetiva das obrigações da Companhia junto a esses consumidores.

Outros passivos circulantes

Essa rubrica totalizou R\$5,69 milhões em 31 de dezembro de 2018, aumentando R\$2,47 milhões em comparação aos R\$3,22 milhões em 31 de dezembro de 2017. O aumento decorre dos seguintes principais fatores:

- (i) registro de ordens de câmbio de clientes do exterior que ainda não foi realizada a operação de fechamento de câmbio, R\$0,9 milhão. Esses valores aguardam procedimentos operacionais para terem seu câmbio fechado, não são utilizados para especulação;
- (ii) a partir desse exercício, a Companhia passou a contabilizar contratos futuros oriundos de negociações com clientes corporativos, conforme determina o CPC 47, R\$1,17 milhão.
- (iii) registro de arrendamento mercantil, em contrapartida de lançamento em outros ativos, para adequação às novas regras contábeis estabelecidas pelo CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, para a operação de arrendamento de computadores, R\$0,20 milhão.

Passivo Não Circulante**Obrigações Tributárias**

O saldo dessa rubrica refere-se ao parcelamento de IPI e imposto de importação referente a processo que a Companhia mantinha em discussão referente ao aproveitamento de créditos tributários realizados em 2002. Este processo estava totalmente provisionado.

Provisões

Nessa rubrica são registradas as provisões para processos cíveis, trabalhistas e tributários. Elas totalizaram R\$10,95 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$9,58 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação dessa rubrica reflete a classificação de nossos assessores jurídicos referente às perdas envolvidas nos processos judiciais dos quais a Companhia é parte e seguem as normas contábeis para provisionamento.

Patrimônio Líquido

O nosso patrimônio líquido totalizou R\$171,27 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$167,87 milhões em 31 de dezembro de 2017. O aumento decorre do resultado de R\$3,39 milhão no exercício de 2018, integralmente destinado para a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Análise de nossos fluxos de caixa referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

A tabela abaixo demonstra os componentes do nosso fluxo de caixa para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

	2020	2019	2018	AH 20/19 (%)	AH 19/18 (%)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	28.585	32.134	17.542	-11,0%	83,2%
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	13.905	(15.420)	(18.227)	-190,2%	-15,4%
Fluxo de caixa (aplicado)/gerado nas atividades de financiamento	(40.741)	-	-	0,0%	0,0%
Efeito da variação cambial no caixa e equivalente de caixa	274	59	-	364,4%	0,0%
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	2.023	16.773	(685)	-89,5%	-2540,0%

Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

No encerramento do exercício social de 2020, a posição de caixa da Companhia totalizou R\$50,85 milhões, 27,3% menor do no encerramento do exercício social de 2019. Ao observarmos apenas a linha de caixa e equivalentes de caixa, o saldo em 2020 é de R\$47,58 milhões, 4,4% maior do que em 2019.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, nosso caixa líquido gerado pelas atividades operacionais atingiu o valor de R\$28,58 milhões, R\$32,13 milhão e R\$17,54 milhões, respectivamente.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o fluxo de caixa gerado das atividades de investimento foi de R\$13,90 milhões, pois a Companhia resgatou aplicações financeiras.

Fluxo de caixa (aplicado) gerado nas atividades de financiamento

Entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, houve fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento apenas em 2020, no valor de R\$40,74 milhões. Este valor contempla o pagamento de dividendos de R\$16,47 milhões em dezembro de 2020 e redução de capital de R\$24,27 milhões realizada em fevereiro de 2020.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possui saldo de empréstimos e financiamentos a pagar.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relacionamento comercial com o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro, incluindo convênio de Cessão de Crédito e Crédito Direto ao Consumidor para a promoção dos produtos e serviços da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Santander Financiamentos”) perante os revendedores Exclusivos e seus respectivos clientes. Essas operações não representam dívida à Companhia, pois o financiamento é realizado diretamente entre os clientes finais e o Santander Financiamentos, com taxas e prazos de financiamento que variam para cada cliente. Pela promoção da contratação de operações de financiamento ou cessão de direitos creditórios, a Companhia recebe uma remuneração variável baseada, principalmente, no volume de negócios realizados com os clientes finais e com os revendedores Exclusivos.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

(iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Existem limitações apenas quanto aos valores dessas operações, cuja autorização é de competência do Conselho de Administração, conforme descrito no Artigo 22 do Estatuto Social.

10.2. Os diretores devem comentar:

(a) resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Receita Bruta de Vendas

É composta por nossa receita bruta de vendas realizadas tanto no mercado interno quanto no mercado externo, de móveis planejados por meio de revendas Exclusivas, lojas Multimarcas e Lojas Próprias, através das marcas Dell Anno, Favorita, New, Casa Brasileira e do segmento de

venda Unicasa Corporate. A receita de venda de produtos é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quanto aos riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Mercado externo

As vendas no mercado externo correspondem às vendas de nossos produtos no exterior, nos seguintes 12 países: Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Estados Unidos da América, Guatemala, México, Paraguai, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Deduções

Impostos sobre vendas

Sobre a receita bruta de vendas no mercado interno incidem tributos não cumulativos diretos como o PIS, à alíquota de 1,65% e a COFINS, à alíquota de 7,6%. Além desses, também incidem o ICMS, com alíquota de 7% a 20% dependendo do estado de destino, bem como o IPI à alíquota de 5%. A partir do exercício de 2018, a Companhia passou a recolher a Contribuição Previdenciária com base na folha de pagamento, conforme faculdade prevista na Lei 12.546/2011. Dessa forma, não há mais a dedução desse imposto na receita da Companhia, passando a ser registrado como uma obrigação social junto aos Salários e Encargos da folha de pagamento. Sobre a receita de nossas vendas para o mercado externo não há incidência de PIS, COFINS, IPI, ICMS e CPRB.

Devoluções e Abatimentos

As devoluções ocorrem quando nossos clientes decidem substituir total ou parcialmente produtos eventualmente avariados ou em desacordo com o pedido. Os abatimentos, originados pelas devoluções, são concedidos na forma de créditos a serem deduzidos no título de crédito correspondente ou descontados em pedidos futuros. Historicamente as devoluções e abatimentos não são relevantes, correspondendo a 0,2%, 0,4% e 0,2% de nossa receita líquida de vendas dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos monetários de curto prazo e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros de mercado (Selic), aplicado sobre o prazo de vencimento de cada parcela da venda, que reflete o risco de cada transação dos respectivos ativos.

Despesas e Receitas operacionais

Despesas com vendas

As nossas maiores despesas com vendas estão relacionadas a:

- (i) propaganda e marketing, feiras e exposições;
- (ii) gastos com pessoal;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: viagens e estadias, despesas com clientes e amortização e aluguel de pontos comerciais;
- (iv) serviços de terceiros tais como: fretes sobre as vendas dos nossos produtos, assessorias e serviços de montagem de móveis;
- (v) comissões sobre vendas para nossos representantes comerciais autônomos e para nossos vendedores das lojas próprias; e,
- (vi) despesas com depreciação e amortização.

Despesas administrativas

As despesas gerais e administrativas estão relacionadas a:

- (i) gastos com pessoal;
- (ii) serviços de terceiros tais como: serviços jurídicos, auditores externos e consultorias diversas, despesas de informática e manutenção dos sistemas de gestão e controle;
- (iii) outras despesas gerais, tais como: indenização a consumidores e lojistas e provisões;
- e
- (iv) depreciações.

Outras receitas operacionais, líquidas

Nossas outras receitas operacionais, líquidas decorrem principalmente de:

- (i) prêmio bancário sobre as receitas financeiras auferidas pelo banco que financia nossos consumidores finais, conforme convênio celebrado com instituição financeira de crédito, financiamentos e investimentos;
- (ii) valores a receber de lojistas pelo direito de revenda de produtos da Companhia; e,
- (iii) resultado da venda de ativos mantidos para venda.

Despesas financeiras

Nossas despesas financeiras incluem principalmente gastos com IOF e tarifas bancárias, juros sobre financiamentos, descontos concedidos, variações cambiais e ajuste a valor presente calculado sobre parcelamentos a receber de clientes e empréstimos concedidos.

Receitas financeiras

Nossas receitas financeiras incluem principalmente juros moratórios recebidos de clientes provenientes de pagamento de duplicatas com atraso, variações cambiais e rendimento sobre aplicações financeiras, além do ajuste a valor presente calculado sobre os ativos de curto e longo prazo.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável que exceder R\$0,24 milhão para Imposto de Renda e 9,0% sobre o lucro tributável para Contribuição Social.

Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para anular a diferença temporária entre base fiscal e societária.

(ii) Fatores que alteram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da companhia vem sendo afetado, principalmente, pelas provisões e pela queda na receita bruta.

Receita Bruta ex-IPI

Abaixo segue quadro comparativo da receita de nossas marcas e canais nos últimos três exercícios:

Receita Bruta de Vendas Ex-IPI	2020	2019	2018
Receita Bruta de Vendas (menos IPI)	184.616	185.744	187.964
Mercado Interno	164.718	172.236	179.632
Dell Anno e Favorita - Exclusiva	77.227	87.051	95.191
New e Casa Brasileira - Exclusiva	49.143	45.354	45.705
New e Casa Brasileira - Multimarca	22.670	24.783	23.338
Unicasa Corporate	12.987	11.943	12.213
Outras Receitas	2.691	3.105	3.185
Mercado Externo	19.898	13.508	8.332

A rede de distribuição da Companhia passou por um momento de reestruturação, conduzida pela Administração, onde ocorreram diversos fechamentos de operações pequenas e, também vêm sendo reduzida devido à deterioração econômica, que levou diversos lojistas nossos a fecharem suas atividades. Desde 31 de dezembro de 2018, a rede de distribuição da Unicasa foi reduzida em 22 operações Exclusivas.

Provisões

Em 2020, as reversões de despesas com provisões foram responsáveis por R\$1,13 milhão de reais em impacto nas despesas operacionais, enquanto em 2019 o impacto da reversão foi de R\$3,06 milhões. Em 2018, as despesas com provisões foram responsáveis por R\$2,56 milhões de reais nas despesas operacionais. Na tabela abaixo constam as aberturas das provisões em cada um dos exercícios:

Valores registrados no resultado	2020	2019	2018
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(701)	(2.153)	1.379
Provisão para encerramento de relação comercial	-	-	872
Provisão para obsolescência	375	(42)	353
Provisão para devedores duvidosos	371	74	963
Outras provisões	(1.178)	(936)	(1.004)
Total	(1.133)	(3.057)	2.563

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A Companhia não prevê variações significativas dos preços que pratica, procurando manter-se competitiva dentro do atual cenário; no entanto, se os índices inflacionários tiverem variação acentuada durante o exercício, está preparada para reajustar seus preços em paridade com a variação desses índices;

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia administra seu estoque de segurança de matérias primas para fazer frente às possíveis flutuações bruscas tanto do preço dos principais insumos adquiridos no mercado nacional quanto das matérias primas importadas. Se os índices inflacionários tiverem variação acentuada durante o exercício, a Companhia preparada para reajustar seus preços em paridade com a variação desses índices e seus efeitos no custo dos seus produtos. A flutuação da taxa de juros (SELIC) no país tem impactado, principalmente, a redução das receitas oriundas de aplicações financeiras.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme comentado na seção 6.5 deste formulário de referência, em 08 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a constituição da Unicasa Comércio de

Móveis Ltda, sendo ela constituída com 100% de capital oriundo de investimentos da Companhia.

Em 13 de novembro de 2018, autorizada pela Diretoria, a Companhia constitui a controlada Unicasa North America. Com capital inicial de USD 200.000,00, 100% subscrito pela Unicasa Indústria de Móveis S.A. Essa Companhia serve como escritório comercial nos Estados Unidos para atendimentos aos lojistas daquele país.

Os efeitos dessas participações acionárias podem ser observados na linha de investimentos no balanço da Controlada e no balanço Consolidado. Seus efeitos são registrados através do método da equivalência patrimonial, conforme estabelece o CPC 18.

(c) eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

10.4 Os diretores devem comentar:

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Nossas demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com base nos pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas da CVM, observando as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei 11.638 e pela Lei 11.641 e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Não houve modificação nas práticas contábeis por nós adotadas na elaboração de nossas Demonstrações Financeiras relativas aos três últimos exercícios fiscais, as quais foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Estas demonstrações, portanto, estão apresentadas em bases consistentes.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações em práticas contábeis sobre as Demonstrações Financeiras referentes aos três últimos exercícios fiscais.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não temos ressalvas presentes nos pareceres emitidos por nossos auditores independentes para os três últimos exercícios fiscais.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-

circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia requer que nós diretores, em conjunto com a Administração da Companhia, façamos julgamentos e estimativas e adotemos premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das Demonstrações Financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir

ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia e de suas filiais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Na data deste documento, não tínhamos quaisquer ativos, passivos ou operações não registradas nas nossas Demonstrações Financeiras, incluindo *off-balance sheet items*.

(b) outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das Demonstrações Financeiras do emissor

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

(b) natureza e propósito da operação

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há outros itens não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nos últimos três exercícios sociais, realizamos investimentos visando à modernização de nosso parque fabril e o aumento da produtividade. Com estes investimentos temos capacidade instalada suficiente para atender a uma demanda superior à que estamos operando, sem a necessidade de grandes investimentos em maquinário.

Na tabela abaixo informamos os investimentos realizados no ativo imobilizado e no intangível nos últimos três exercícios sociais:

CAPEX	2020	2019	2018
Imobilizado	7.060	3.035	4.600
Intangível	138	822	828
Total	7.198	3.857	5.428

Conforme divulgado na seção de Eventos Subsequentes da Demonstração Contábil de 2020, a Companhia contraiu empréstimo para a aquisição de máquinas, com o objetivo de modernizar o parque fabril para acompanhar a tendência da mudança no consumo dos produtos da Companhia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia tem condições financeiras de concluir todos os investimentos em andamento, bem como realizar os previstos para os próximos anos, com recursos próprios. Entretanto, devido ao custo de oportunidade, no início de janeiro, a Companhia contraiu empréstimo de R\$17 milhões para aquisição de máquinas, conforme comentado no item anterior.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não possuímos quaisquer desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

(b) desde que já divulgada, aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não existem planos e/ou projetos já divulgados para aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados;

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Nossos projetos de pesquisa estão voltados tanto para a melhoria dos produtos existentes e lançamento de produtos inovadores quanto para a otimização das etapas do processo produtivo utilizados em nosso processo de fabricação. Entre eles destacamos:

(i) implantação de tecnologias para acabamentos próximos das técnicas manuais de fabricação, como a marcenaria, visando maior personalização e qualidade do produto final;

(ii) melhorias no sistema de produção *just in time* viabilizando a produção de produtos de acordo com os pedidos dos clientes;

(iii) melhoria do *layout* dos setores de produção visando maior eficiência do fluxo produtivo;

(iv) melhoria nos sistemas para o controle de acondicionamento de peças e acessórios embarcados juntos com os módulos de móveis;

(v) busca de diferenciais competitivos em parceria com os fornecedores para padronagem dos desenhos, cores, texturas, modulação, sistemas de ferragens, acessórios, acabamentos e complementos; e

(vi) pesquisas de mercado para avaliação do posicionamento e de preferência dos consumidores para cada marca.

Essas atividades nos permitiram elevar a produtividade, minimizar o desperdício de matéria prima, melhorar o controle de custos e prazos de embarque, elaborar um planejamento eficaz do quadro de pessoal envolvido no processo produtivo e expandir em melhorias e soluções inovadoras as linhas comercializadas, aumentando assim também nosso ganho de mercado, com maior assertividade de posicionamento e aceitação junto ao público pretendido por cada marca.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia, por não atenderem aos critérios de capitalização, foram reconhecidos no resultado do exercício de 2020, 2019 e 2018 no montante de R\$1,47 milhão, R\$1,37 milhão e R\$1,51 milhão respectivamente.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

No dia 11 de janeiro de 2021, a Companhia contratou no Banco Santander um empréstimo de R\$17 milhões com taxa de juros de CDI+2,75% ao ano, pelo prazo de 48 meses, com amortização mensal do principal (carência de 6 meses) e dos juros, sendo a última amortização em 23 de dezembro de 2024.

Contratou-se o referido empréstimo para aquisição de máquinas, no montante total de, aproximadamente, €2,650 milhões de euros.

Esta aquisição objetiva modernizar o parque fabril para acompanhar a tendência da mudança no consumo dos produtos da Companhia, tendência observada desde 2012, mas intensificada nos últimos três anos.

8. ANEXO II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO (ANEXO 9-1-II ICVM 481)**1. Informar o lucro líquido do exercício**

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$14.833.094,86 (quatorze milhões, oitocentos e trinta e três mil, noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

R\$14.091.440,12 (quatorze milhões, noventa e um mil, quatrocentos e quarenta reais e doze centavos).

Valor por ação do montante global dos dividendos: R\$0,213227650

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

95%, sendo que 5% foram destinados para constituição da reserva legal.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Dividendos: R\$R\$6.993.764,63 (seis milhões, novecentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e três centavos).

Valor por ação dos dividendos: R\$0,105827650

Juros sobre Capital Próprio: R\$7.097.675,49 (sete milhões, noventa e sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)

Valor por ação do Juros sobre Capital Próprio: R\$0,107399990

Os Juros sobre o Capital Próprio estão sujeitos ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de acordo com a legislação vigente.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Tanto para o dividendo a ser aprovado, como para o JCP já declarado: pagamento integral, proposto para pagamento no dia 28 de maio de 2021.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não há atualização monetária ou juros sobre os valores a serem pagos.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

	Dividendos ⁽¹⁾	JCP
Data da declaração	27/04/2021	01/12/2020
Data de direito	11/05/2021	04/12/2020
Data ex-provento	12/05/2021	07/12/2020

⁽¹⁾ - A ser aprovado na assembleia

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores
b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Distribuição de lucros	2020	2019	2018 ⁽¹⁾
Lucro líquido/(Prejuízo)	14.833.094,86	17.983.960,65	3.394.349,26
Lucro líquido/(Prejuízo) por ação	0,22445	0,27213	0,05136
Juros sobre capital próprio	7.097.675,49	5.002.737,75	-
JCP por ação	0,10739	0,07570	-
Dividendo	6.993.764,63	12.082.024,87	-
Dividendo por ação	0,10582	0,18282	-

⁽¹⁾ Devido ao prejuízo, não houve distribuição de JCP ou dividendo.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado a reserva legal

R\$741.654,74 (setecentos e quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta e quatro centavos)

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme Art. 193 da lei 6.404/76: Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto da Companhia estabelece o pagamento de no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuído aos acionistas como dividendo obrigatório. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor período, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Será revertido em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

- c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável.

- d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

- b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado a reserva

Não aplicável.

- b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

9. ANEXO IV – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração

A nossa política de remuneração tem por objetivo a remuneração satisfatória de nossos administradores, de forma a garantir a retenção de profissionais qualificados em nossa Administração, bem como busca o equilíbrio entre os objetivos da organização, a estratégia de negócios, as práticas de mercado e dos acionistas.

Em nosso entendimento, a remuneração atribuída aos Diretores e membros do Conselho de Administração é compatível com a de cargos semelhantes em outras companhias com as mesmas características da nossa, dentro e fora de nosso setor de atuação.

A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal, foi estabelecida segundo a legislação existente. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração de, no mínimo, 10% do valor médio pago a cada Diretor.

Ainda, não possuímos quaisquer comitês de apoio à Diretoria ou ao Conselho de Administração.

A Companhia está revisando sua estrutura e procedimentos visando o atendimento das novas regras estabelecidas no novo Regulamento do Novo Mercado, principalmente, em relação às previstas na seção VIII: Fiscalização e Controle e X: Documentos da Companhia do referido regulamento.

(b) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos nossos Diretores é composta por parcela fixa e variável. A remuneração fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente e externamente, buscando compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de nossos Diretores. Adicionalmente, os Diretores fazem jus aos seguintes benefícios:

- (i) Plano de Assistência Médica – atendimento interno;
- (ii) Plano de Saúde;
- (iii) Assistência Odontológica – atendimento interno;
- (iv) Seguro de Vida em Grupo; e

(v) PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador.

Os benefícios têm por objetivo complementar à remuneração.

A parcela variável da remuneração dos Diretores é baseada no atingimento de metas relativas ao resultado operacional da Companhia.

(ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Tipo de remuneração	2020		2019		2018	
	Conselho	Diretoria	Conselho	Diretoria	Conselho	Diretoria
Remuneração fixa	100%	80%	100%	100%	100%	100%
Remuneração variável	0%	20%	0%	0%	0%	0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A remuneração variável foi instituída em 2020, portanto, para nos exercícios anteriores a remuneração da administração constituiu-se apenas de parcela fixa.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Diretores e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, que analisa a responsabilidade de cada cargo da Diretoria, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e seu reajuste são determinados, anualmente, pela Assembleia Geral, não havendo uma metodologia rígida e preestabelecida. Ainda, de acordo com o artigo 34, parágrafo único, do nosso Estatuto Social vigente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos nossos administradores uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações. A remuneração composta por parcela fixa, variável e por benefícios diretos e indiretos busca: (i) alinhar os interesses dos executivos com os nossos objetivos de curto, médio e longo prazo da Companhia, assim como o de seus acionistas; e, (ii) o recrutamento e retenção dos profissionais adequados às nossas necessidades.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

No Conselho de Administração, o Sr. Gelson Luis Rostirolla, o Sr. Alexandre Grendene Bartelle e o Sr. Gustavo Dall Onder renunciaram à remuneração por motivos pessoais.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Adotamos como medida de desempenho dos administradores o resultado operacional da Companhia.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A Política de Remuneração Variável dos Diretores Estatutários reflete o lucro operacional meta do ano corrente e as faixas de bônus às quais os Diretores Estatutários concorrem. A faixa mais baixa corresponde a 70% da meta estabelecida. Os valores da remuneração variável são incluídos na verba de remuneração da administração, que é encaminhada para aprovação na Assembleia Geral.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os administradores a buscar a melhor rentabilidade dos nossos investimentos e projetos desenvolvidos, de maneira a alinhar os interesses destes com os nossos interesses de curto, médio e longo prazos. Em uma perspectiva de curto prazo, buscamos obter tal alinhamento por meio da atribuição da remuneração fixa e do pacote de benefícios compatíveis com o mercado.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. A totalidade da remuneração dos nossos administradores é paga diretamente pela controladora, Unicasa Indústria de Móveis S.A.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.

Conforme item 13.1 a), a Companhia não possui política de remuneração formalizada e não há comitês ou órgãos estatutários instalados.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração da diretoria é avaliada anualmente pelo departamento de recursos humanos da Companhia, identificando, através de benchmarking com empresas de porte semelhante, remunerações comparáveis.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Conselho de Administração estipula a remuneração da diretoria baseado nos valores de mercado, conforme identificado no item anterior.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social de 2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual	360.000,00	2.092.469,20	0,00	2.452.469,20
Salário ou pró-labore	360.000,00	2.092.469,20	0,00	2.452.469,20
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	892.500,00	0,00	892.500,00
Bônus	0,00	892.500,00	0,00	892.500,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	360.000,00	2.984.969,20	0,00	3.344.969,20

Remuneração total no Exercício Social de 2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Membros remunerados	2,00	3,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual	240.000,00	1.790.760,00	0,00	2.030.760,00
Salário ou pró-labore	240.000,00	1.790.760,00	0,00	2.030.760,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável	0,00	923.000,00	0,00	923.000,00
Bônus	0,00	923.000,00	0,00	923.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	240.000,00	2.713.760,00	0,00	2.953.760,00

Remuneração total no Exercício Social de 2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	2,67	0,00	7,67
Membros remunerados	2,00	2,58	0,00	4,58
Remuneração fixa anual	288.000,00	1.617.967,60	0,00	1.905.967,60
Salário ou pró-labore	240.000,00	1.348.306,33	0,00	1.588.306,33
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	48.000,00	269.661,27	0,00	317.661,27
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O Número de membros, tanto total quanto remunerados, foi calculado pela média anual de membros. Durante o mês de abril, a diretoria teve a composição de dois membros, um remunerado e outro não (Sra. Kelly Zietolie, Diretora Presidente Interina).			
Total da remuneração	288.000,00	1.617.967,60	0,00	1.905.967,60

Remuneração total para o Exercício Social 2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Membros remunerados	2,00	2,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual	240.000,00	786.919,38	0,00	1.026.919,38
Salário ou pró-labore	240.000,00	786.919,38	0,00	1.026.919,38
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cesação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O Diretor Vice-Presidente não será remunerado			
Total da remuneração	240.000,00	786.919,38	0,00	1.026.919,38

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável. O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurada mensalmente para cada exercício abaixo indicados.

Remuneração total prevista para o Exercício Social 2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	-	8
Membros remunerados	2	3	-	5
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	367.500	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	892.500	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	525.500	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total para o Exercício Social de 2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	-	8
Membros remunerados	-	-	-	-
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	776.000	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.227.500	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	965.000	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	923.000	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total para o Exercício Social de 2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	-	8
Membros remunerados	-	-	-	-
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

OBS: Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria e no conselho de administração a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.

Remuneração total para o Exercício Social de 2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	-	8
Bônus (em R\$ mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$mil)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total da remuneração variável (em R\$mil)	-	-	-	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável. A Companhia não possui plano de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária baseado em ações, em vigor no último exercício social e para o exercício social corrente.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, bem como no exercício social corrente.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em opções nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações nos três últimos exercícios sociais, nem o instituiu no exercício social corrente.

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Acionista/Quotista ⁽¹⁾	Quantidade Total de Ações			% do Capital Social Total
	2020	2019	2018	2020
Conselho de Administração	28.401.265	36.881.810	37.389.310	42,98%
Conselho Fiscal	-	-	-	0,00%
Diretoria	-	598.116	598.116	0,00%
Total	28.401.265	37.479.926	37.987.426	42,98%

⁽¹⁾ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Não aplicável, a Companhia não possui plano de previdência em vigor para os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: a. órgão; b. número de membros; c. número de membros remunerados; d. valor da maior remuneração individual; e. valor da menor remuneração individual; f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

Valores Anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Número de membros	3,00	2,67	3,00	5,00	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00
Número de membros remunerados	3,00	2,58	2,00	2,00	2,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	630.360,00	531.473,12	495.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	-	-	-
Valor da menor remuneração (Reais)	580.200,00	531.473,12	360.000,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	-	-	-
Valor médio da remuneração (Reais)	605.280,00	531.473,12	427.500,00	120.000,00	120.000,00	120.000,00	-	-	-

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não há percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no nosso resultado, referente a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

A Companhia não efetuou nenhum pagamento aos membros da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais que não seja em relação à função que ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, tendo em vista que não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Após o falecimento do CEO da Companhia, conforme Fato Relevante divulgado em 24 de março de 2019, foram eleitos mais dois Diretores Estatutários na Reunião do Conselho de Administração do dia 09 de maio de 2019. Dessa forma, na remuneração proposta para 2020, esses cargos estão preenchidos e são responsáveis pela maior parte da variação na remuneração proposta quando comparada com a realizada no exercício de 2019, além do reajuste inflacionário.

10. ANEXO IV – ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Relatório sobre a alteração proposta ao Estatuto Social da Unicasa Indústria de Móveis (“*Companhia*”) e seus efeitos jurídicos e econômicos, em cumprimento dos termos do artigo 11 da Instrução CVM nº 481/2009 de 17 de dezembro de 2009.

1. Alterações Propostas de Justificativa

Será submetida à Assembleia Geral Extraordinária a proposta de ajustes nas cláusulas do estatuto social da Companhia para alinhar com as disposições do novo regulamento do Novo Mercado, conforme ofício 618/2017 DRE do dia 09 de março de 2018 da B3.

2. Consolidação do Estatuto Social

Em atendimento ao disposto no inciso I do artigo 11 da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, o Anexo IV-A desta Proposta contém cópia do Estatuto Social da Companhia com a indicação, em destaque, das alterações propostas.

Notas:

- Textos marcados em **vermelho** representam proposta de exclusão do Estatuto Social Vigente.
- Textos marcados em **azul** representam proposta de alteração da redação do Estatuto Social Vigente.
- Demais conteúdos permanecem inalterados.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S/A
NIRE: 43.300.044.513
CNPJ/MF N.º: 90.441.460/0001-48

B) ANEXO IV-A

ESTATUTO SOCIAL COM AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS EM DESTAQUE

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I	CAPÍTULO I	
<u>DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E</u>	<u>DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E</u>	
<u>DURACÃO</u>	<u>DURACÃO</u>	
Artigo 1º A Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“ <u>Companhia</u> ”) é uma sociedade por ações, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“ <u>Lei das Sociedades por Ações</u> ”).	Artigo 1º A Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“ <u>Companhia</u> ”) é uma sociedade por ações, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“ <u>Lei das Sociedades por Ações</u> ”).	
Parágrafo 01 Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado (“Novo Mercado”) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.	Parágrafo 01 Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado (“Novo Mercado”) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.	
Parágrafo 02 As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.	Parágrafo 02 As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.	
Artigo 2º A Companhia tem sede e domicílio legal na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, junto a Rodovia Federal BR-470, Km	Artigo 2º A Companhia tem sede e domicílio legal na Cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, junto a Rodovia Federal BR-470, Km	

212,930, Bairro São Vendelino, CEP 95707-540.	212,930, Bairro São Vendelino, CEP 95707-540.	
Parágrafo Único Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia pode abrir, mudar, fechar ou alterar os endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia em qualquer parte do País ou do exterior, observadas as formalidades legais.	Parágrafo Único Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia pode abrir, mudar, fechar ou alterar os endereços de filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações da Companhia em qualquer parte do País ou do exterior, observadas as formalidades legais.	
Artigo 3º A Companhia tem por objeto social:	Artigo 3º A Companhia tem por objeto social:	
(i) A indústria, comércio, prestação de serviços, importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário em geral, planejado e modulado de madeira, ferro, aço, alumínio e outros materiais, contemplando soluções residenciais, comerciais, hotelaria, infantil e escritório, acessórios funcionais e decorativos inclusive partes, peças e componentes, artefatos de arame, estruturas metálicas, esquadrias, louças e metais, revestimentos em pedra, vidro, couro e tecido, sistemas de iluminação, mecanismos de acionamento de portas e gavetas, divisórias de ambientes, produtos eletrodomésticos, eletroeletrônicos, eletro portáteis, utensílios domésticos em geral, artigos de decoração e roupas de cama, mesa, banho e cozinha, confecções e artigos do vestuário, tecidos, colchões, travesseiros, almofadas, incluindo mercadorias no ramo de mobiliário solto, tais como: sofás, cadeiras e tapetes podendo também, explorar a comercialização de matérias primas e insumos utilizados pela indústria;	(i) A indústria, comércio, prestação de serviços, importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário em geral, planejado e modulado de madeira, ferro, aço, alumínio e outros materiais, contemplando soluções residenciais, comerciais, hotelaria, infantil e escritório, acessórios funcionais e decorativos inclusive partes, peças e componentes, artefatos de arame, estruturas metálicas, esquadrias, louças e metais, revestimentos em pedra, vidro, couro e tecido, sistemas de iluminação, mecanismos de acionamento de portas e gavetas, divisórias de ambientes, produtos eletrodomésticos, eletroeletrônicos, eletro portáteis, utensílios domésticos em geral, artigos de decoração e roupas de cama, mesa, banho e cozinha, confecções e artigos do vestuário, tecidos, colchões, travesseiros, almofadas, incluindo mercadorias no ramo de mobiliário solto, tais como: sofás, cadeiras e tapetes podendo também, explorar a comercialização de matérias primas e insumos utilizados pela indústria;	
(ii) Realizar a edição de periódicos e revistas, executar a promoção de eventos relacionados com o objeto social, podendo	(ii) Realizar a edição de periódicos e revistas, executar a promoção de eventos relacionados com o objeto social, podendo	

ainda, explorar a atividade de representação comercial por conta e ordem de terceiros e promover a importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, veículos e ferramentas para emprego na atividade industrial;	ainda, explorar a atividade de representação comercial por conta e ordem de terceiros e promover a importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, veículos e ferramentas para emprego na atividade industrial;	
(iii) Prestar serviços “on line” de informação em banco de dados de computador ou assessoria, consultoria e informação ao consumidor sobre produtos, preços através de websites em conexão com comércio realizado pela internet;	(iii) Prestar serviços “on line” de informação em banco de dados de computador ou assessoria, consultoria e informação ao consumidor sobre produtos, preços através de websites em conexão com comércio realizado pela internet;	
(iv) Perceber receita decorrente de aluguéis e prestação de serviços relacionados com as atividades do objeto social; e	(iv) Perceber receita decorrente de aluguéis e prestação de serviços relacionados com as atividades do objeto social; e	
(v) Participar do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia, acionista ou quotista, inclusive mediante a aplicação de recursos próprios ou de incentivos fiscais.	(v) Participar do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia, acionista ou quotista, inclusive mediante a aplicação de recursos próprios ou de incentivos fiscais.	
Artigo 4º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.	Artigo 4º O prazo de duração da Companhia é indeterminado.	
CAPÍTULO II	CAPÍTULO II	
<u>CAPITAL SOCIAL E AÇÕES</u>	<u>CAPITAL SOCIAL E AÇÕES</u>	
Artigo 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$147.000.000,00 (cento e quarenta e sete milhões de reais), dividido em 66.086.364 (sessenta e seis milhões, oitenta e seis mil, trezentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Artigo 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$147.000.000,00 (cento e quarenta e sete milhões de reais), dividido em 66.086.364 (sessenta e seis milhões, oitenta e seis mil, trezentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	
Parágrafo 01 O capital social da Companhia é representado exclusivamente por ações ordinárias.	Parágrafo 01 O capital social da Companhia é representado exclusivamente por ações ordinárias.	

Parágrafo 02 Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.	Parágrafo 02 Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.	
Parágrafo 03 Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de depósito em vigor, sem emissão de certificados.	Parágrafo 03 Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de depósito em vigor, sem emissão de certificados.	
Parágrafo 04 A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.	Parágrafo 04 A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.	
Parágrafo 05 Fica vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.	Parágrafo 05 Fica vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.	
Parágrafo 06 As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.	Parágrafo 06 As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.	
Artigo 6º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no Artigo 30 da Lei das Sociedades por Ações e disposições regulamentares aplicáveis.	Artigo 6º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no Artigo 30 da Lei das Sociedades por Ações e disposições regulamentares aplicáveis.	
Artigo 7º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de	Artigo 7º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de	

R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.	R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.	
Parágrafo 01 A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição.	Parágrafo 01 A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e por deliberação do Conselho de Administração, emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição.	
Parágrafo 02 A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou por meio de subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.	Parágrafo 02 A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou por meio de subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.	
Artigo 8º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.	Artigo 8º A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.	
CAPÍTULO III	CAPÍTULO III	
<u>ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACIONISTAS</u>	<u>ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACIONISTAS</u>	

<p>Artigo 9º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais a exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.</p>	<p>Artigo 9º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais a exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação, as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.</p>	
<p>Parágrafo 01 As Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, e, presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou ainda, na ausência deste último, por outro acionista da Companhia indicado por maioria de votos entre os presentes.</p>	<p>Parágrafo 01 As Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência, e, presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou ainda, na ausência deste último, por outro acionista da Companhia indicado por maioria de votos entre os presentes.</p>	
<p>Parágrafo 02 As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia, podendo ser realizadas fora da sede social por motivo de força maior ou outra modalidade prevista em lei ou instrução normativa dos órgãos competentes.</p>	<p>Parágrafo 02 As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia, podendo ser realizadas fora da sede social por motivo de força maior ou outra modalidade prevista em lei ou instrução normativa dos órgãos competentes.</p>	
<p>Artigo 10º Para tomar parte nas Assembleias Gerais da Companhia, o acionista deverá apresentar os seguintes documentos:</p>	<p>Artigo 10º Para tomar parte nas Assembleias Gerais da Companhia, o acionista deverá apresentar os seguintes documentos:</p>	
<p>(i) documento hábil de identidade;</p>	<p>(i) documento hábil de identidade;</p>	
<p>(ii) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral;</p>	<p>(ii) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral;</p>	
<p>(iii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do</p>	<p>(iii) instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do</p>	

procurador do acionista, o qual deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e	procurador do acionista, o qual deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e ser acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos; e	
(iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela instituição responsável pela custódia fungível ou outro órgão competente, no máximo 2 (dois) dias antes da data da realização da Assembleia Geral.	(iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido, pela instituição responsável pela custódia fungível ou outro órgão competente, no máximo 2 (dois) dias antes da data da realização da Assembleia Geral.	
Parágrafo 01 O edital de convocação das Assembleias Gerais poderá solicitar, para fins de melhor organização das Assembleias Gerais, o depósito na sede da Companhia dos documentos arrolados no <i>caput</i> com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da realização da respectiva Assembleia Geral.	Parágrafo 01 O edital de convocação das Assembleias Gerais poderá solicitar, para fins de melhor organização das Assembleias Gerais, o depósito na sede da Companhia dos documentos arrolados no <i>caput</i> com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data da realização da respectiva Assembleia Geral.	
Parágrafo 02 Independentemente do depósito dos documentos arrolados no <i>caput</i> deste Artigo com a antecedência prevista no Parágrafo 1º, qualquer acionista da Companhia que comparecer às Assembleias Gerais terá o direito de dela participar e votar, desde que comprove sua qualidade de acionista mediante apresentação dos documentos referidos no <i>caput</i> deste Artigo.	Parágrafo 02 Independentemente do depósito dos documentos arrolados no <i>caput</i> deste Artigo com a antecedência prevista no Parágrafo 1º, qualquer acionista da Companhia que comparecer às Assembleias Gerais terá o direito de dela participar e votar, desde que comprove sua qualidade de acionista mediante apresentação dos documentos referidos no <i>caput</i> deste Artigo.	
Artigo 11º As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas na legislação aplicável, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco.	Artigo 11º As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas na legislação aplicável, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco.	

Parágrafo Único - As atas de Assembleia deverão ser: (i) lavradas no livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções; e (ii) publicadas com omissão das assinaturas.	Parágrafo Único - As atas de Assembleia deverão ser: (i) lavradas no livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções; e (ii) publicadas com omissão das assinaturas.	
Artigo 12º Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, compete à Assembleia Geral deliberar a respeito de:	Artigo 12º Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, compete à Assembleia Geral deliberar a respeito de:	
(i) alteração, modificação e reforma do presente Estatuto Social;	(i) alteração, modificação e reforma do presente Estatuto Social;	
(ii) transformação, fusão, cisão e incorporação da Companhia, bem como incorporação de ações de emissão da Companhia, sua dissolução, liquidação, eleição e destituição dos liquidantes e aprovação de suas contas;	(ii) transformação, fusão, cisão e incorporação da Companhia, bem como incorporação de ações de emissão da Companhia, sua dissolução, liquidação, eleição e destituição dos liquidantes e aprovação de suas contas;	
(iii) aprovação das contas, das demonstrações financeiras anuais e propostas apresentadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;	(iii) aprovação das contas, das demonstrações financeiras anuais e propostas apresentadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;	
(iv) eleição, reeleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, bem como a determinação do número de cargos do Conselho de Administração, observadas as normas deste Estatuto Social;	(iv) eleição, reeleição e substituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, bem como a determinação do número de cargos do Conselho de Administração, observadas as normas deste Estatuto Social;	

(v)fixação da remuneração anual dos administradores, global ou individual;	(v) fixação da remuneração anual dos administradores, global ou individual;	
(vi)pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia junto à CVM, bem como a saída do Novo Mercado;	(vi) pedido de cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia junto à CVM, bem como a saída do Novo Mercado;	
(vii)escolha da empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação da Companhia em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo X deste Estatuto, dentre as empresas que forem indicadas pelo Conselho de Administração.	(vii) escolha da empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação da Companhia em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo X deste Estatuto, dentre as empresas que forem indicadas pelo Conselho de Administração.	
CAPÍTULO IV	CAPÍTULO IV	
<u>ADMINISTRAÇÃO</u>	<u>ADMINISTRAÇÃO</u>	
Artigo 13° A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.	Artigo 13° A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.	
Parágrafo 01 A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 43 .	Parágrafo 01 A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 44 .	Correção da referência ao artigo correto do Estatuto.
Parágrafo 02 Em caso de término do mandato, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos ou sua recondução nos respectivos cargos.	Parágrafo 02 Em caso de término do mandato, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos ou sua recondução nos respectivos cargos.	

CAPÍTULO V	CAPÍTULO V	
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>	<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>	
Artigo 14º O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.	Artigo 14º O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 05 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.	
Parágrafo 01 A Assembleia Geral determinará, pelo voto da maioria absoluta dos presentes, não se computando os votos em branco, previamente à eleição de seus membros, o número de cargos do Conselho de Administração da Companhia a serem preenchidos em cada exercício, observado o mínimo de 05 (cinco) e o máximo de 7 (sete) membros.	Parágrafo 01 A Assembleia Geral determinará, pelo voto da maioria absoluta dos presentes, não se computando os votos em branco, previamente à eleição de seus membros, o número de cargos do Conselho de Administração da Companhia a serem preenchidos em cada exercício, observado o mínimo de 05 (cinco) e o máximo de 7 (sete) membros.	
Parágrafo 02 Os membros do Conselho de Administração da Companhia devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, exceto se expressamente autorizado pela Assembleia Geral da Companhia, aquele que: (i) ocupar cargo, seja como administrador, consultor, empregado, assessor ou colaborador em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado em que a Companhia atua; e (ii) tiver interesse conflitante com a Companhia, sendo que se o conflito surgir após a eleição de referido membro, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral da Companhia para deliberar a respeito da destituição ou permanência de tal membro no Conselho de Administração da Companhia.	Parágrafo 02 Os membros do Conselho de Administração da Companhia devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, exceto se expressamente autorizado pela Assembleia Geral da Companhia, aquele que: (i) ocupar cargo, seja como administrador, consultor, empregado, assessor ou colaborador em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado em que a Companhia atua; e (ii) tiver interesse conflitante com a Companhia, sendo que se o conflito surgir após a eleição de referido membro, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral da Companhia para deliberar a respeito da destituição ou permanência de tal membro no Conselho de Administração da Companhia.	

<p>Parágrafo 03 Os membros do Conselho de Administração devem exercer suas atribuições de forma a atingir os interesses da Companhia, sendo lhes vedado, nos termos do artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações, intervir em qualquer ato ou operação social em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia, bem como nas deliberações que a esse respeito tomarem os demais administradores, sendo que nestes casos o conselheiro cujo interesse conflitar com o da Companhia deverá notificar seu impedimento, consignando em ata a natureza e extensão de seu interesse.</p>	<p>Parágrafo 03 Os membros do Conselho de Administração devem exercer suas atribuições de forma a atingir os interesses da Companhia, sendo lhes vedado, nos termos do artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações, intervir em qualquer ato ou operação social em que tiverem interesse conflitante com o da Companhia, bem como nas deliberações que a esse respeito tomarem os demais administradores, sendo que nestes casos o conselheiro cujo interesse conflitar com o da Companhia deverá notificar seu impedimento, consignando em ata a natureza e extensão de seu interesse.</p>	
<p>Parágrafo 04 Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, com exceção para a hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deve: (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de até 1 (um) ano.</p>	<p>Parágrafo 04 Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, com exceção para a hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deve: (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de até 1 (um) ano.</p>	
<p>Parágrafo 05 O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 20% (vinte por cento) de Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, os quais devem ser expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os elege.</p>	<p>Parágrafo 05 O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 2 (dois) Conselheiros Independentes – ou 20% (vinte por cento), o que for maior, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, os quais devem ser expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os elege.</p>	<p>O art. 15 do Regulamento do Novo exige que a companhia preveja em seu estatuto a obrigatoriedade de o Conselho de Administração ter um mínimo de dois Conselheiros Independentes.</p>
<p>Parágrafo 06 Quando a aplicação do percentual definido no Parágrafo 5º acima resultar em número fracionário de</p>	<p>Parágrafo 06 Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo 05, o resultado gerar um número fracionário,</p>	<p>A alteração efetuada na cláusula reflete o novo critério de arredondamento aplicável ao número de conselheiros independentes -</p>

conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior se a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), nos termos do Regulamento do Novo Mercado.	este será arredondado para o número inteiro imediatamente superior.	para o número inteiro imediatamente superior - previsto no parágrafo único do Art. 15 do Regulamento do Novo Mercado.
Parágrafo 07 Serão considerados Conselheiros Independentes aqueles que eleitos de acordo com as disposições do Art. 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.	Parágrafo 07 Serão considerados Conselheiros Independentes aqueles que eleitos de acordo com as disposições do Art. 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.	
Parágrafo 08 O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 2 (dois) anos, salvo destituição, podendo os mesmos serem reeleitos. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e investidura de seus sucessores.	Parágrafo 08 O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 2 (dois) anos, salvo destituição, podendo os mesmos serem reeleitos. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e investidura de seus sucessores.	
Parágrafo 09 Compete ao Presidente do Conselho de Administração, além das atribuições próprias a seu cargo e demais atribuições previstas neste Estatuto Social:	Parágrafo 09 Compete ao Presidente do Conselho de Administração, além das atribuições próprias a seu cargo e demais atribuições previstas neste Estatuto Social:	
(i) coordenar as atividades do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; e	(i) coordenar as atividades do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; e	
(ii) convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral e presidi-la.	(ii) convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral e presidi-la.	
Parágrafo 10 O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente	Parágrafo 10 O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade. Na hipótese de ausência ou impedimento temporário do Presidente e do Vice-Presidente, as funções do Presidente	

serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.	serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.	
Artigo 15° Observado o disposto no artigo 13, §1° desse Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158, da Lei das Sociedades por Ações.	Artigo 15° Observado o disposto no artigo 13, §1° desse Estatuto Social, os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158, da Lei das Sociedades por Ações.	
Artigo 16° A remuneração global ou individual do Conselho de Administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral.	Artigo 16° A remuneração global ou individual do Conselho de Administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral.	
Parágrafo Único No caso da Assembleia Geral fixar a remuneração global, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição entre os órgãos da Administração da Companhia.	Parágrafo Único No caso da Assembleia Geral fixar a remuneração global, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição entre os órgãos da Administração da Companhia.	
Artigo 17° O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação nos termos do 0 abaixo.	Artigo 17° O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano e extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação nos termos do 0 abaixo.	
Artigo 18° As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou Vice-Presidente. A convocação será realizada por notificação escrita entregue por carta, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de	Artigo 18° As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou Vice-Presidente. A convocação será realizada por notificação escrita entregue por carta, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de	

Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho de Administração.	Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho de Administração.	
Parágrafo Único Independentemente das formalidades previstas no <i>caput</i> deste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração por si ou representados na forma do Parágrafo 2º do 0 deste Estatuto.	Parágrafo Único Independentemente das formalidades previstas no <i>caput</i> deste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração por si ou representados na forma do Parágrafo 2º do 0 deste Estatuto.	
Artigo 19º As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.	Artigo 19º As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.	
Parágrafo 01 As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, em sua ausência, a presidência da reunião caberá ao membro do Conselho de Administração escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração presentes, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.	Parágrafo 01 As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, em sua ausência, a presidência da reunião caberá ao membro do Conselho de Administração escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração presentes, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.	
Parágrafo 02 No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o membro do Conselho de Administração ausente poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio	Parágrafo 02 No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o membro do Conselho de Administração ausente poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio	

eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração.	eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração.	
Parágrafo 03 No caso de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes em até 60 dias e servirá até a primeira Assembleia Geral a ser realizada após a referida nomeação. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição. Para os fins deste artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.	Parágrafo 03 No caso de vacância do cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes em até 60 dias e servirá até a primeira Assembleia Geral a ser realizada após a referida nomeação. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição. Para os fins deste artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.	
Parágrafo 04 Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.	Parágrafo 04 Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.	
Artigo 20º As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas. Tal participação será considerada como presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.	Artigo 20º As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas. Tal participação será considerada como presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.	
Parágrafo 01 Da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por	Parágrafo 01 Da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por	

<p>todos os Conselheiros presentes à reunião, inclusive participantes por meio de teleconferência ou videoconferência, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.</p>	<p>todos os Conselheiros presentes à reunião, inclusive participantes por meio de teleconferência ou videoconferência, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.</p>	
<p>Parágrafo 02 Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.</p>	<p>Parágrafo 02 Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.</p>	
<p>Parágrafo 03 O Conselho de Administração poderá convidar, em suas reuniões, outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.</p>	<p>Parágrafo 03 O Conselho de Administração poderá convidar, em suas reuniões, outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.</p>	
<p>Artigo 21° As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante maioria de votos dos membros em exercício, computados os votos proferidos na forma do 0, Parágrafo 2° deste Estatuto Social. Em caso de empate, a matéria deverá ser decidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que terá o voto de qualidade.</p>	<p>Artigo 21° As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante maioria de votos dos membros em exercício, computados os votos proferidos na forma do 0, Parágrafo 2° deste Estatuto Social. Em caso de empate, a matéria deverá ser decidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que terá o voto de qualidade.</p>	
<p>Artigo 22° Compete ao Conselho de Administração:</p>	<p>Artigo 22° Compete ao Conselho de Administração:</p>	

a) Eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, incluindo o Diretor de Relações com Investidores;	a) Eleger e destituir os diretores e fixar suas atribuições, incluindo o Diretor de Relações com Investidores;	
b) Aprovar o Regimento Interno da Companhia, se for o caso;	b) Aprovar o Regimento Interno da Companhia, se for o caso;	
c) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer sociedade controlada pela Companhia (“Controlada”);	c) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e de qualquer sociedade controlada pela Companhia (“Controlada”);	
d) Aprovar um Plano de Negócios para a Companhia e suas controladas e quaisquer investimentos ou despesas de capital que não estejam incluídas em tal Plano, se for o caso;	d) Aprovar um Plano de Negócios para a Companhia e suas controladas e quaisquer investimentos ou despesas de capital que não estejam incluídas em tal Plano, se for o caso;	
e) Declarar dividendos intermediários, intercalares e juros sobre o capital próprio, que poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, com base nos lucros e reservas apurados nas demonstrações financeiras anuais, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, observados os limites legais;	e) Declarar dividendos intermediários, intercalares e juros sobre o capital próprio, que poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, com base nos lucros e reservas apurados nas demonstrações financeiras anuais, semestrais, trimestrais ou em períodos menores, observados os limites legais;	
f) Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela assembleia geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e membros dos comitês da Companhia,	f) Atribuir, do montante global da remuneração fixada pela assembleia geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e membros dos comitês da Companhia,	

se existentes, conforme disposto no presente estatuto social;	se existentes, conforme disposto no presente estatuto social;	
g) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas Controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;	g) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia e de suas Controladas, solicitando informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;	
h) Convocar a Assembleia Geral, nos termos do artigo 9º acima, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social;	h) Convocar a Assembleia Geral, nos termos do artigo 9º acima, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social;	
i) Manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas apresentadas pela Diretoria e Demonstrações Financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;	i) Manifestar-se sobre o Relatório da Administração e as contas apresentadas pela Diretoria e Demonstrações Financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;	
j) Deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;	j) Deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, bem como deliberar sobre o preço de emissão, a forma de subscrição e pagamento, o término e a forma para o exercício dos direitos de preferência e outras condições relativas à emissão;	

k) Autorizar a aquisição pela Companhia de ações sua de emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior alienação;	k) Autorizar a aquisição pela Companhia de ações sua de emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior alienação;	
l) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 134;	l) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, e de notas promissórias para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 134;	
m) Deliberar, dentro do limite do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, até o limite do capital autorizado, previsto no art. 7º deste estatuto social;	m) Deliberar, dentro do limite do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias da Companhia, até o limite do capital autorizado, previsto no art. 7º deste estatuto social;	
n) Nomear e destituir os Auditores Independentes da Companhia;	n) Nomear e destituir os Auditores Independentes da Companhia;	
o) Autorizar a captação de empréstimos ou financiamentos em valor agregado superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), considerado o período de 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio, pela Companhia ou qualquer Controlada;	o) Autorizar a captação de empréstimos ou financiamentos em valor agregado superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), considerado o período de 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio, pela Companhia ou qualquer Controlada;	

p) Autorizar a alienação ou oneração de bens do Ativo Permanente da Companhia ou qualquer Controlada, em valor agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;	p) Autorizar a alienação ou oneração de bens do Ativo Permanente da Companhia ou qualquer Controlada, em valor agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;	
q) Autorizar a prestação de garantias reais ou pessoais de qualquer natureza pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$. 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;	q) Autorizar a prestação de garantias reais ou pessoais de qualquer natureza pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$. 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;	
r) Autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;	r) Autorizar a realização de atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia ou qualquer Controlada em valor agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerando o período dos 3 (três) meses anteriores ao respectivo negócio;	
s) Fixar as condições gerais e autorizar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer Controlada e Coligada, seus administradores, seus acionistas controladores e,	s) Fixar as condições gerais e autorizar a celebração de contratos de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer Controlada e Coligada, seus administradores, seus acionistas controladores e,	

ainda, entre a Companhia e Sociedade(s) Controladas e Coligadas dos administradores e dos acionistas controladores, assim como com quaisquer outras sociedades que com qualquer destas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, que atinjam, individual ou conjuntamente, no período de um ano, valor igual ou superior a 5% (cinco por cento) sobre o Patrimônio Líquido da Companhia;	ainda, entre a Companhia e Sociedade(s) Controladas e Coligadas dos administradores e dos acionistas controladores, assim como com quaisquer outras sociedades que com qualquer destas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, que atinjam, individual ou conjuntamente, no período de um ano, valor igual ou superior a 5% (cinco por cento) sobre o Patrimônio Líquido da Companhia;	
t) Pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;	t) Pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresentar para sua deliberação ou a serem submetidos à Assembleia Geral;	
u) Deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer Controlada;	u) Deliberar sobre a suspensão das atividades da Companhia e de qualquer Controlada;	
v) Avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral;	v) Avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia e suas Controladas que não estejam na esfera de competência privativa da Assembleia Geral;	
w) Aprovar a contratação da Instituição Depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;	w) Aprovar a contratação da Instituição Depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;	

<p>x) Dentro do limite do Capital Autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;</p>	<p>x) Dentro do limite do Capital Autorizado e de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle, sem direito de preferência para os acionistas da Companhia;</p>	
<p>y) Dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto Social; e</p>	<p>y) Dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto Social.</p>	
<p>Parágrafo único - Os valores mencionados nas letras “o”, “p”, “q” e “r” acima serão corrigidos anualmente a partir da data da aprovação do presente Estatuto pela Assembleia, pelo índice do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo.</p>	<p>Parágrafo único - Os valores mencionados nas letras “o”, “p”, “q” e “r” acima serão corrigidos anualmente a partir da data da aprovação do presente Estatuto pela Assembleia, pelo índice do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo.</p>	
<p>Artigo 23º O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a criação de Comitês técnicos ou destinados a aconselhar os administradores.</p>	<p>Artigo 23º O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a criação de Comitês técnicos ou destinados a aconselhar os administradores.</p>	
<p>Parágrafo 01 Uma vez criados nos termos do Artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações, os Comitês desempenharão somente funções técnicas e/ou consultivas e não terão</p>	<p>Parágrafo 01 Uma vez criados nos termos do Artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações, os Comitês desempenharão somente funções técnicas e/ou consultivas e não terão</p>	

qualquer poder decisório sobre as atividades da Companhia. Os Comitês terão competência consultiva, conforme definido em regimento próprio.	qualquer poder decisório sobre as atividades da Companhia. Os Comitês terão competência consultiva, conforme definido em regimento próprio.	
Parágrafo 02 Os Comitês poderão contar com a presença de membros convidados, sem direito a voto, os quais poderão apresentar informações, sugestões ou esclarecimentos a respeito das matérias a serem discutidas nos respectivos Comitês.	Parágrafo 02 Os Comitês poderão contar com a presença de membros convidados, sem direito a voto, os quais poderão apresentar informações, sugestões ou esclarecimentos a respeito das matérias a serem discutidas nos respectivos Comitês.	
Parágrafo 03 Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos Comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.	Parágrafo 03 Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos Comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.	
CAPÍTULO VI	CAPÍTULO VI	
<u>DIRETORIA</u>	<u>DIRETORIA</u>	
Artigo 24° A administração corrente da Companhia cabe à diretoria, tendo os diretores plenos poderes para gerir os seus negócios, de acordo com suas atribuições e sujeitos às disposições estabelecidas na lei, neste estatuto social e no regimento interno da Companhia, se houver.	Artigo 24° A administração corrente da Companhia cabe à diretoria, tendo os diretores plenos poderes para gerir os seus negócios, de acordo com suas atribuições e sujeitos às disposições estabelecidas na lei, neste estatuto social e no regimento interno da Companhia, se houver.	
Artigo 25° A diretoria será composta por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 8 (oito) membros efetivos, acionistas ou não, e residentes no Brasil. A diretoria será composta por 01 (um) diretor presidente, 01 (um) diretor vice-presidente, 01 (um) diretor financeiro, 01 (um) diretor comercial e 01 (um) diretor de relações com investidores, e os demais possuem a designação a eles atribuída pelo conselho de administração. Fica autorizada a cumulação de funções por um mesmo diretor.	Artigo 25° A diretoria será composta por, no mínimo, 03 (três) membros e, no máximo, 8 (oito) membros efetivos, acionistas ou não, e residentes no Brasil. A diretoria será composta por 01 (um) diretor presidente, 01 (um) diretor vice-presidente, 01 (um) diretor financeiro, 01 (um) diretor comercial e 01 (um) diretor de relações com investidores, e os demais possuem a designação a eles atribuída pelo conselho de administração. Fica autorizada a cumulação de funções por um mesmo diretor.	

Parágrafo 01 Compete privativamente ao diretor presidente (e, na ausência deste, ao diretor vice-presidente):	Parágrafo 01 Compete privativamente ao diretor presidente (e, na ausência deste, ao diretor vice-presidente):	
(i) Presidir as reuniões da diretoria; (ii) coordenar as atividades dos demais diretores; e (iii) zelar pela execução das deliberações da assembleia geral, do conselho de administração e da diretoria.	(i) Presidir as reuniões da diretoria; (ii) coordenar as atividades dos demais diretores; e (iii) zelar pela execução das deliberações da assembleia geral, do conselho de administração e da diretoria.	
Parágrafo 02 Compete privativamente ao diretor vice-presidente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas:	Parágrafo 02 Compete privativamente ao diretor vice-presidente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas:	
Substituir o diretor presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga.	Substituir o diretor presidente nas suas ausências, licenças, impedimentos temporários, renúncia ou vaga.	
Parágrafo 03 Compete privativamente ao diretor financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando de sua eleição:	Parágrafo 03 Compete privativamente ao diretor financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando de sua eleição:	
(i) Planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (ii) gerir as finanças consolidadas da Companhia; (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia e de suas controladas e coligadas, o orçamento da Companhia, acompanhar os resultados das sociedades controladas e coligadas, preparar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (iv) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia e de suas controladas e coligadas; (v) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de	(i) Planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (ii) gerir as finanças consolidadas da Companhia; (iii) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia e de suas controladas e coligadas, o orçamento da Companhia, acompanhar os resultados das sociedades controladas e coligadas, preparar as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia; (iv) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, no interesse da Companhia e de suas controladas e coligadas; (v) elaborar e acompanhar os planos de negócios, operacionais e de	

investimento da Companhia; e (vi) elaborar e acompanhar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes.	investimento da Companhia; e (vi) elaborar e acompanhar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes.	
Parágrafo 04 Compete privativamente ao diretor comercial, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas:	Parágrafo 04 Compete privativamente ao diretor comercial, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas:	
(i) Gerir as atividades de marketing da Companhia; (ii) orientar e estruturar ofertas comerciais da Companhia; (iii) definir e supervisionar as políticas de comercialização e de serviços da Companhia; (iv) avaliar e propor planos de desenvolvimento para novos projetos pela Companhia; (v) avaliar e acompanhar políticas e estratégias de comercialização da Companhia; (vi) avaliar e discutir pesquisas e análises sobre a Companhia, seus ativos e a indústria; (vii) estreitar o relacionamento da Companhia com os varejistas de cada um de seus empreendimentos e novos lojistas; (viii) estudar os resultados obtidos bem como os possíveis cenários para melhora contínua de produtividade da Companhia; e (ix) avaliar e acompanhar pesquisas de produtividade e novos negócios.	(i) Gerir as atividades de marketing da Companhia; (ii) orientar e estruturar ofertas comerciais da Companhia; (iii) definir e supervisionar as políticas de comercialização e de serviços da Companhia; (iv) avaliar e propor planos de desenvolvimento para novos projetos pela Companhia; (v) avaliar e acompanhar políticas e estratégias de comercialização da Companhia; (vi) avaliar e discutir pesquisas e análises sobre a Companhia, seus ativos e a indústria; (vii) estreitar o relacionamento da Companhia com os varejistas de cada um de seus empreendimentos e novos lojistas; (viii) estudar os resultados obtidos bem como os possíveis cenários para melhora contínua de produtividade da Companhia; e (ix) avaliar e acompanhar pesquisas de produtividade e novos negócios.	
Parágrafo 05 Compete privativamente ao diretor de relações com investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando de sua eleição:	Parágrafo 05 Compete privativamente ao diretor de relações com investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando de sua eleição:	
Representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às bolsas de valores e mercados em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, conforme legislação aplicável.	Representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais, competindo-lhe prestar informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e às bolsas de valores e mercados em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, conforme legislação aplicável.	

Parágrafo 06 Os diretores sem designação específica terão as atribuições que lhes venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando da sua eleição, observado o disposto neste estatuto social.	Parágrafo 06 Os diretores sem designação específica terão as atribuições que lhes venham a ser estabelecidas pelo conselho de administração quando da sua eleição, observado o disposto neste estatuto social.	
Artigo 26º O mandato dos diretores é de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Adicionalmente ao disposto no artigo 13, parágrafo 1º, os diretores são investidos nos seus cargos mediante a assinatura do termo lavrado em livro próprio ou através de sua presença e assinatura no livro registro da ata de reunião do conselho de administração que tenham sido eleitos.	Artigo 26º O mandato dos diretores é de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Adicionalmente ao disposto no artigo 13, parágrafo 1º, os diretores são investidos nos seus cargos mediante a assinatura do termo lavrado em livro próprio ou através de sua presença e assinatura no livro registro da ata de reunião do conselho de administração que tenham sido eleitos.	
Parágrafo único. Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma deliberar o conselho de administração.	Parágrafo único. Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma deliberar o conselho de administração.	
Artigo 27º No caso de ausência ou impedimento temporário do diretor presidente, suas funções devem ser exercidas pelo diretor vice-presidente. No caso de ausência ou impedimento temporário do diretor vice-presidente ou de qualquer outro diretor, suas funções devem ser exercidas pelo diretor presidente.	Artigo 27º No caso de ausência ou impedimento temporário do diretor presidente, suas funções devem ser exercidas pelo diretor vice-presidente. No caso de ausência ou impedimento temporário do diretor vice-presidente ou de qualquer outro diretor, suas funções devem ser exercidas pelo diretor presidente.	
Parágrafo único. No caso de vacância de qualquer cargo de diretor, um novo membro deve ser eleito pela próxima reunião do conselho de administração, que deve ocorrer, no máximo, 90 (noventa) dias após tal vacância. Para os fins deste artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.	Parágrafo único. No caso de vacância de qualquer cargo de diretor, um novo membro deve ser eleito pela próxima reunião do conselho de administração, que deve ocorrer, no máximo, 90 (noventa) dias após tal vacância. Para os fins deste artigo, ocorre a vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.	

<p>Artigo 28º Salvo conforme disposto no artigo 27, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida individualmente pelo diretor presidente ou pelo diretor vice-presidente (a) por 02 (dois) diretores em conjunto, (b) por um diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou (c) por dois procuradores com tais poderes. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas individualmente pelo diretor presidente ou pelo diretor vice-presidente, ou por 02 (dois) diretores em conjunto, ou por um diretor em conjunto com um procurador e devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 2 (dois) anos (ressalvada a outorga de poderes da cláusula <i>ad judicia et extra</i>, que a diretoria venha a autorizar em cada caso).</p>	<p>Artigo 28º Salvo conforme disposto no artigo 27, a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida individualmente pelo diretor presidente ou pelo diretor vice-presidente (a) por 02 (dois) diretores em conjunto, (b) por um diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou (c) por dois procuradores com tais poderes. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas individualmente pelo diretor presidente ou pelo diretor vice-presidente, ou por 02 (dois) diretores em conjunto, ou por um diretor em conjunto com um procurador e devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 2 (dois) anos (ressalvada a outorga de poderes da cláusula <i>ad judicia et extra</i>, que a diretoria venha a autorizar em cada caso).</p>	
<p>Artigo 29º Sem prejuízo do disposto no artigo 28, a Companhia pode ser representada por 01 (um) diretor ou, ainda, por 01 (um) procurador com poderes específicos e especiais, inclusive para outorga de procuração, nos termos do artigo 28 acima, agindo isoladamente, nas seguintes hipóteses:</p>	<p>Artigo 29º Sem prejuízo do disposto no artigo 28, a Companhia pode ser representada por 01 (um) diretor ou, ainda, por 01 (um) procurador com poderes específicos e especiais, inclusive para outorga de procuração, nos termos do artigo 28 acima, agindo isoladamente, nas seguintes hipóteses:</p>	
<p>a.Em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, inclusive, mas não se limitando ao instituto nacional de seguridade social (INSS), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal do Brasil, incluindo Inspetorias, Delegacias e Agências da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estadual(is) e/ou Municipal(is), Juntas Comerciais Estaduais, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Banco Central do Brasil, Secex, Decex, Banco do</p>	<p>a.Em assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, inclusive, mas não se limitando ao instituto nacional de seguridade social (INSS), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal do Brasil, incluindo Inspetorias, Delegacias e Agências da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estadual(is) e/ou Municipal(is), Juntas Comerciais Estaduais, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Banco Central do Brasil, Secex, Decex, Banco do</p>	

Brasil S/A, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Ibama e demais órgãos ambientais, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Infraero, Bolsas de Valores e de Mercadorias, B3, Sudene/Adene, Sudam/Adam, Bancos Estatais e de Desenvolvimento, Bancos Privados e instituições financeiras de crédito e de investimentos;	Brasil S/A, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Ibama e demais órgãos ambientais, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e Infraero, Bolsas de Valores e de Mercadorias, B3, Sudene/Adene, Sudam/Adam, Bancos Estatais e de Desenvolvimento, Bancos Privados e instituições financeiras de crédito e de investimentos;	
b. Por operações de rotina, entende-se, por exemplo: abrir contas, cadastrar, alterar, desbloquear senhas e liberar acessos; movimentar conta corrente; solicitar saldo e extrato de contas; emitir, endossar, sustar, contraordenar, cancelar e assinar cheques; autorizar débito em conta; efetuar transferências e pagamentos por qualquer meio, inclusive eletrônico; autorizar cobrança e recebimento de créditos a favor da Companhia, inclusive cédulas de crédito; receber, dar e aceitar quitação de dívidas; solicitar baixa de protesto de títulos junto a cartórios; assinar contratos de Câmbio de Comércio Exterior; realizar levantamentos judiciais, assinar carta fiança e seguro de crédito;	b. Por operações de rotina, entende-se, por exemplo: abrir contas, cadastrar, alterar, desbloquear senhas e liberar acessos; movimentar conta corrente; solicitar saldo e extrato de contas; emitir, endossar, sustar, contraordenar, cancelar e assinar cheques; autorizar débito em conta; efetuar transferências e pagamentos por qualquer meio, inclusive eletrônico; autorizar cobrança e recebimento de créditos a favor da Companhia, inclusive cédulas de crédito; receber, dar e aceitar quitação de dívidas; solicitar baixa de protesto de títulos junto a cartórios; assinar contratos de Câmbio de Comércio Exterior; realizar levantamentos judiciais, assinar carta fiança e seguro de crédito;	
c. representar a Companhia nas assembleias gerais de suas controladas.	c. representar a Companhia nas assembleias gerais de suas controladas.	
Artigo 30º Cabe à diretoria deliberar sobre todas as matérias que não forem de competência privativa da assembleia geral ou de competência do conselho de administração. A diretoria deverá reunir-se, no mínimo, 1 (uma) vez a cada três meses ou sempre que convocada por qualquer dos diretores. As atas das reuniões devem ser lavradas no livro de atas de reuniões da diretoria. A presença da maioria dos diretores constitui quórum para a instalação das reuniões. Cada diretor tem direito a 01	Artigo 30º Cabe à diretoria deliberar sobre todas as matérias que não forem de competência privativa da assembleia geral ou de competência do conselho de administração. A diretoria deverá reunir-se, no mínimo, 1 (uma) vez a cada três meses ou sempre que convocada por qualquer dos diretores. As atas das reuniões devem ser lavradas no livro de atas de reuniões da diretoria. A presença da maioria dos diretores constitui quórum para a instalação das reuniões. Cada diretor tem direito a 01	

(um) voto nas reuniões. As deliberações da diretoria serão válidas se contarem com o voto favorável da maioria dos diretores presentes. Caso haja empate, caberá ao diretor presidente, ou, na ausência deste, ao diretor vice-presidente, o voto de qualidade.	(um) voto nas reuniões. As deliberações da diretoria serão válidas se contarem com o voto favorável da maioria dos diretores presentes. Caso haja empate, caberá ao diretor presidente, ou, na ausência deste, ao diretor vice-presidente, o voto de qualidade.	
Parágrafo 01 As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria, deverão igualmente constar no livro de atas de Reuniões da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.	Parágrafo 01 As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria, deverão igualmente constar no livro de atas de Reuniões da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.	
Parágrafo 02 Compete a diretoria celebrar e realizar negócios, contratos, contrair obrigações e os atos previstos nas letras “o”, “p”, “q” e “r” do artigo 22 deste estatuto social, desde que até o limite de valores ali estabelecidos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 22 acima.	Parágrafo 02 Compete a diretoria celebrar e realizar negócios, contratos, contrair obrigações e os atos previstos nas letras “o”, “p”, “q” e “r” do artigo 22 deste estatuto social, desde que até o limite de valores ali estabelecidos, observado o disposto no parágrafo único do artigo 22 acima.	
Artigo 31º São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos praticados por conselheiros, diretores, procuradores ou funcionários, em negócios estranhos ao objeto social, neles incluídos a prestação de fiança, aval, endosso ou quaisquer garantias não relacionadas ao objeto social, ou contrários ao disposto neste estatuto social.	Artigo 31º São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos praticados por conselheiros, diretores, procuradores ou funcionários, em negócios estranhos ao objeto social, neles incluídos a prestação de fiança, aval, endosso ou quaisquer garantias não relacionadas ao objeto social, ou contrários ao disposto neste estatuto social.	

CAPÍTULO VII	CAPÍTULO VII	
<u>CONSELHO FISCAL</u>	<u>CONSELHO FISCAL</u>	
Artigo 32 A Companhia terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter não permanente, e terá 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei, facultando à assembleia aprovar o regimento interno do órgão. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.	Artigo 32º A Companhia terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter não permanente, e terá 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei, facultando à assembleia aprovar o regimento interno do órgão. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.	
Parágrafo 01 Além do disposto no parágrafo 1º do artigo 13, a posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à assinatura do respectivo termo de posse no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal, permanecendo sujeitos aos deveres e responsabilidades de que tratam os artigos 153 a 156 da Lei das Sociedades por Ações. Na primeira reunião do conselho fiscal serão eleitos o presidente e o secretário do órgão.	Parágrafo 01 Além do disposto no parágrafo 1º do artigo 13, a posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à assinatura do respectivo termo de posse no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal, permanecendo sujeitos aos deveres e responsabilidades de que tratam os artigos 153 a 156 da Lei das Sociedades por Ações. Na primeira reunião do conselho fiscal serão eleitos o presidente e o secretário do órgão.	
Parágrafo 02 A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais.	Parágrafo 02 A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitados os limites legais.	
Parágrafo 03 No caso de ausência temporária ou renúncia de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo respectivo suplente.	Parágrafo 03 No caso de ausência temporária ou renúncia de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo respectivo suplente.	
Parágrafo 04 Ocorrendo vaga de titular e seu suplente, no Conselho Fiscal, este órgão deverá convocar uma Assembleia Geral, com base na prerrogativa do Artigo 163, V	Parágrafo 04 Ocorrendo vaga de titular e seu suplente, no Conselho Fiscal, este órgão deverá convocar uma Assembleia Geral, com base na prerrogativa do Artigo 163, V	

da Lei das Sociedades por Ações, com o objetivo de eleger um substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do Conselho Fiscal.	da Lei das Sociedades por Ações, com o objetivo de eleger um substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do Conselho Fiscal.	
Parágrafo 05 As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal que participarem remotamente da reunião deverão expressar e formalizar seus votos, ou pareceres por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.	Parágrafo 05 As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal que participarem remotamente da reunião deverão expressar e formalizar seus votos, ou pareceres por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.	
Parágrafo 06 Da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros Fiscais presentes à reunião, inclusive participantes por meio de teleconferência ou videoconferência, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal da Companhia. Os votos ou pareceres manifestados pelos Conselheiros que participarem remotamente da reunião ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 5º <i>in fine</i> deste Artigo 31, deverão igualmente ser anexados ao Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto ou parecer do Conselheiro Fiscal, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.	Parágrafo 06 Da reunião deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros Fiscais presentes à reunião, inclusive participantes por meio de teleconferência ou videoconferência, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal da Companhia. Os votos ou pareceres manifestados pelos Conselheiros que participarem remotamente da reunião ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 5º <i>in fine</i> deste Artigo 31, deverão igualmente ser anexados ao Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto ou parecer do Conselheiro Fiscal, ser juntada ao livro logo após a transcrição da ata.	
CAPÍTULO VIII	CAPÍTULO VIII	
<u>EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E DIVIDENDOS E RESERVAS</u>	<u>EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E DIVIDENDOS E RESERVAS</u>	
Artigo 33º O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de	Artigo 33º O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de	

dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.	dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.	
Artigo 34° Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:	Artigo 34° Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:	
a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescidos dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal;	a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescidos dos montantes das reservas de capital exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal;	
b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;	b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;	
c) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório;	c) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório;	

d)no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;	d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;	
e)uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e,	e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e,	
f) será alocada à reserva de lucros, na subconta de reserva de incentivos fiscais, as subvenções de investimentos, no montante que assim determinarem as leis, decretos, convênios, contratos, portarias, resoluções e laudos que regulam a concessão de benefícios à Companhia.	f) será alocada à reserva de lucros, na subconta de reserva de incentivos fiscais, as subvenções de investimentos, no montante que assim determinarem as leis, decretos, convênios, contratos, portarias, resoluções e laudos que regulam a concessão de benefícios à Companhia.	
g) Os lucros não destinados as reservas e contingências acima descritas deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do § 6º, do Artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações.	g) Os lucros não destinados as reservas e contingências acima descritas deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do § 6º, do Artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações.	
Parágrafo Único A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.	Parágrafo Único A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.	

<p>Artigo 35° A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor período, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>	<p>Artigo 35° A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor período, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>	
<p>Artigo 36° Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.</p>	<p>Artigo 36° Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.</p>	
<p>Artigo 37° A Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes da comunidade de que participe ou a seus empregados, desde que previamente autorizada pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, justificadamente, nos termos do artigo 154, §4° da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>Artigo 37° A Companhia poderá conceder doações e subvenções a entidades beneficentes da comunidade de que participe ou a seus empregados, desde que previamente autorizada pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, justificadamente, nos termos do artigo 154, §4° da Lei das Sociedades por Ações.</p>	
<p>CAPÍTULO IX</p>	<p>CAPÍTULO IX</p>	
<p><u>RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES</u></p>	<p><u>RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES</u></p>	
<p>Artigo 38° Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei, do Regulamento do Novo Mercado e do presente Estatuto Social.</p>	<p>Artigo 38° Os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei, do Regulamento do Novo Mercado e do presente Estatuto Social.</p>	
<p>Artigo 39° A Companhia, nos casos em que não tomar o polo ativo das ações, assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da</p>	<p>Artigo 39° A Companhia, nos casos em que não tomar o polo ativo das ações, assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da</p>	

Diretoria, por meio de terceiros contratados, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra seus administradores, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade desses administradores, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias.	Diretoria, por meio de terceiros contratados, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra seus administradores, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade desses administradores, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias.	
Parágrafo 01 A garantia prevista no <i>caput</i> deste Artigo estende-se aos empregados da Companhia e a seus mandatários legalmente constituídos, que atuem em nome da Companhia.	Parágrafo 01 A garantia prevista no <i>caput</i> deste Artigo estende-se aos empregados da Companhia e a seus mandatários legalmente constituídos, que atuem em nome da Companhia.	
Parágrafo 02 Se o membro do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, ou o empregado for condenado, com decisão transitada em julgado, baseada em violação de lei ou do estatuto ou em decorrência de sua culpa ou dolo, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.	Parágrafo 02 Se o membro do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, ou o empregado for condenado, com decisão transitada em julgado, baseada em violação de lei ou do estatuto ou em decorrência de sua culpa ou dolo, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.	
Parágrafo 03 A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, contratar em favor dos membros do seu Conselho de Administração e de sua Diretoria, seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos.	Parágrafo 03 A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, contratar em favor dos membros do seu Conselho de Administração e de sua Diretoria, seguro para a cobertura de responsabilidade decorrente do exercício de seus cargos.	
CAPÍTULO X	CAPÍTULO X	
<u>ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO</u>	<u>ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NOVO MERCADO</u>	
Artigo 40º A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do	Artigo 40º A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do	

controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.	controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.	
Parágrafo 01 Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:	Parágrafo 01 Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:	
“Acionista Controlador” - significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.	“Acionista Controlador” - significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.	
“Ações de Controle” – significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.	“Ações de Controle” – significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.	
“Ações em Circulação” – significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.	“Ações em Circulação” – significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.	
“Grupo de Acionistas” - significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre os quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.	“Grupo de Acionistas” - significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre os quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.	
“Poder de Controle” - significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as	“Poder de Controle” - significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as	

atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.	atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.	
Parágrafo 02 O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, enquanto o Adquirente ou aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.	Parágrafo 02 O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, enquanto o Adquirente ou aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.	
Artigo 41º A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deve observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.	Artigo 41º A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário, compulsório ou em virtude de reorganização societária, deve observar as regras constantes do Regulamento do Novo Mercado.	
Artigo 42º É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo X, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.	Artigo 42º É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo X, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.	
CAPÍTULO XI	CAPÍTULO XI	
<u>LIQUIDAÇÃO</u>	<u>LIQUIDAÇÃO</u>	

Artigo 43° A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.	Artigo 43° A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.	
CAPÍTULO XII	CAPÍTULO XII	
<u>JUÍZO ARBITRAL</u>	<u>JUÍZO ARBITRAL</u>	
Artigo 44° A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.	Artigo 44° A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.	
CAPÍTULO XIII	CAPÍTULO XIII	
<u>DISPOSIÇÕES GERAIS</u>	<u>DISPOSIÇÕES GERAIS</u>	
Artigo 45° Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.	Artigo 45° Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.	

Bento Gonçalves, 30 de abril de 2019	Bento Gonçalves, 27 de abril de 2021	